



JORNADAS ARQUEOLÓGICAS
DA REDE DE MUSEUS
DO ALGARVE

[20]

+4.10

COMU NICA ÇÕES

+4.25

+4.33

+4.02

+4.57

ARQUEOLOGIA
DO TERRITÓRIO

RMA-ARQ. 15 ANOS A PENSAR EM REDE A ARQUEOLOGIA DO ALGARVE

Grupo de Arqueologia da Rede de Museus do Algarve

A Rede de Museus do Algarve (RMA) foi constituída em 2011, como entidade informal de adesão voluntária, a 16 de outubro de 2007, em Albufeira.

Decorridas quase duas décadas de operacionalidade desta rede, que agrega atualmente 25 membros efetivos de entidades da região com intervenção museológica, a RMA concretizou distintos projetos de cooperação entre os museus e promoveu diversas ações que resultaram numa maior eficácia e economia de meios, através da partilha equilibrada e objetiva do conjunto dos recursos reunidos na sua concretização.

Esta união de sinergias incentivou a credenciação dos museus da região no âmbito da Rede Portuguesa de Museus (RPM), contribuiu para a formação dos seus profissionais e para o incremento da qualidade e diversificação da oferta cultural algarvia.

O Grupo de Trabalho de Arqueologia da Rede de Museus do Algarve foi criado em 2011, quatro anos após a constituição da RMA, surgindo a par do estabelecimento de outros grupos de trabalho desta rede, nomeadamente RMA-NET, RMA-PCI (Património Cultural Imaterial), RMA-EDU (Serviços Educativos) e RMA-CR (Conservação e Restauro), formando-se com um conjunto de técnicos de diversos museus e entidades com coleções arqueológicas, aos quais se juntaram os técnicos afetos à administração regional e central (Unidade de Cultura da CCDR-Algarve e Património Cultural, I.P.).

Os membros que constituem atualmente este grupo representam a quase totalidade dos 16 municípios do Algarve, com exceção de Castro Marim e de Aljezur, partilhando nas suas reuniões trimestrais todo um conjunto de informação no âmbito da prática arqueológica.

Nestes 15 anos de atividade, reflexão e incremento de conhecimentos alcançados no intercâmbio entre parceiros, nas ações formativas realizadas, nos contributos disponibilizados para a uniformização de normas e aplicação de aspetos legislativos, o grupo RMA-ARQ tem procurado assumir-se como um organismo dinâmico no campo da arqueologia regional, desenvolvendo distintas atividades e projetos. O grupo procura enquadrar a arqueologia municipal, estabelecendo uma articulação com o meio académico e com a arqueologia empresarial.

Os elementos do grupo acompanham e participam ativamente em projetos de investigação desenvolvidos na região, estando a maioria dos seus membros afiliados em unidades de investigação com enquadramento académico, e prestam apoio aos trabalhos de terreno e de gabinete elaborados por docentes, investigadores e alunos universitários.

Num território como o Algarve, marcado por uma forte dinâmica urbanística, a maioria das intervenções arqueológicas preventivas e de salvamento é realizada por empresas de arqueologia que assumem um papel central na execução dos trabalhos arqueológicos decorrentes de processos de obra. Neste contexto, o RMA-ARQ procura afirmar-se como um elo de articulação entre os municípios, a tutela e o setor privado, promovendo a proximidade, o diálogo e a cooperação entre os diferentes agentes envolvidos na gestão do património arqueológico. Esta articulação assume particular relevância na produção de conhecimento científico e na salvaguarda do património arqueológico em contexto de obra, contribuindo para que os resultados dessas intervenções possam ser integrados na esfera pública, através da sua conservação, estudo, valorização e, quando aplicável, musealização.

Logo em 2011, ano da sua criação, já o grupo RMA-ARQ procedia ao debate de um tema que foi fulcral nos primeiros anos da sua existência: a questão da gestão dos espólios arqueológicos e os contributos que um trabalho em rede pode disponibilizar na sua concretização. No seguimento deste labor produziu-se um documento normativo concluído em 2019 – Normas Relativas ao Depósito de Espólios Arqueológicos (NDEA) –, fundamentado nos diagnósticos inferidos dos inquéritos realizados na região em 2014 e 2017. Na prática, trata-se de uma matriz referencial a partir da qual se procura uniformizar a práxis arqueológica na região, desde o tratamento primário e inventariação ao acondicionamento e entrega de acervos nas entidades depositárias.

Em 2017, as questões da arqueologia na Reabilitação Urbana centralizaram a atenção do grupo, em torno da discussão sobre os instrumentos de salvaguarda do património arqueológico contidos nos Planos Municipais de Ordenamento do Território, nomeadamente as Cartas Arqueológicas, as Cartas de Sensibilidade Arqueológica e os Regulamentos Municipais. Estes instrumentos de planeamento definem preventivamente os níveis de sensibilidade do solo e os condicionamentos arqueológicos a adotar nos projetos e operações urbanísticas. Esta reflexão resultou em mais um documento normativo, concretizado já no início desta década, em 2021 – o Documento Normativo sobre Metodologias para a Produção de Cartas do Património Arqueológico no âmbito dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT).

Ao longo destes 15 anos, os membros do grupo RMA-ARQ têm desempenhado um papel relevante na valorização e criação de condições de visita de sítios arqueológicos, refletindo sobre os fundamentos da musealização dos sítios e participando na criação de infraestruturas de apoio, promovidas quer pelo Estado central, quer pelas autarquias da região. Isto acarreta a realização de trabalhos arqueológicos (categoria B), alguns em parceria com as universidades, o acompanhamento da elaboração de projetos de arquitetura, de arquitetura paisagista e de design de equipamento e comunicação e o acompanhamento da execução das respetivas obras.

Outros contributos de mais larga abrangência foram sendo realizados durante este nosso percurso de 15 anos. Em 2018, no sentido da sua integração no Plano Regional de Intervenções Prioritárias para o Algarve (PRIPA), foi apresentado à então Direção Regional de Cultura do Algarve um conjunto de propostas definidoras de eixos temáticos de investigação no domínio da arqueologia, destinadas à elaboração de um documento regional intitulado Contributos da Arqueologia para um Plano Regional de Investigação na área das Ciências e Técnicas do Património.

Em 2020, o grupo encetou um ambicioso projeto colaborativo de criação do Museu Arqueológico Virtual do Algarve (MAVA). Retomando o projeto não concretizado do arqueólogo algarvio Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga (1828-1891), o MAVA reuniu um conjunto de técnicos dos municípios algarvios, a ex-Direção Regional de Cultura do Algarve, em estreita parceria com o Museu Nacional de Arqueologia (MNA) e em colaboração com a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), no sentido de criar uma plataforma digital que funcione como uma ferramenta multifacetada para a gestão, investigação e dinamização do Património Arqueológico Regional.

A divulgação das ações do grupo RMA-ARQ foi sendo alcançada em múltiplas participações em eventos e reuniões científicas, contabilizando-se já em torno de uma dezena de apresentações públicas, sendo de realçar a organização destas primeiras Jornadas Arqueológicas, nas quais se integra a presente comunicação.

A AVALIAÇÃO DE IMPACTES AMBIENTAIS NA REGIÃO DO ALGARVE. TENDÊNCIAS, RISCOS E PERSPETIVAS

Carla Fernandes¹

A presente comunicação é fruto de uma experiência profissional de cerca de 25 anos de arqueologia ao serviço da Avaliação de Impactes Ambientais (AIA), através do desenvolvimento do descritor Património Arqueológico, Arquitetónico e Etnográfico, de diferentes projetos.

Pretende-se realizar uma reflexão sobre os últimos 5 anos de estudos e projetos em território algarvio, sendo relevante proceder a uma análise comparativa com as décadas precedentes. Desta reflexão, resultam constatações importantes para a compreensão dos desafios que o património arqueológico e edificado e as paisagens regionais enfrentam e enfrentarão no futuro.

Este exercício reveste-se de relevância, de forma a dotar os técnicos que se dedicam ao processo de AIA, aos arqueólogos das autarquias e tutelas regionais de perspetivas de atuação perante estes desafios, de forma consciente e articulada, no sentido de uma eficaz análise e mitigação de impactes.

A arqueologia no âmbito da consultoria ambiental é particularmente influenciada pela conjuntura política e económica nacional e internacional. E, portanto, as circunstâncias do contexto internacional atual, em termos geopolíticos e económicos têm uma forte influência também a curto/médio prazo, particularmente sobre o setor das energias renováveis.

E este setor é enfatizado na presente apresentação, porque é de facto o atual motor dos processos de AIA no Algarve dos últimos anos.

Nos períodos precedentes e apesar do Algarve ser uma das regiões com maior pressão resultante do desenvolvimento urbano e da construção civil, decorrentes do turismo de “sol e mar, não era necessariamente proporcional o desenvolvimento de estudos ambientais. A maior parte dos projetos não carecia de processo de AIA, de acordo com a legislação vigente. Ainda assim, foi um longo período dotado de estudos diversos, desde empreendimentos turísticos, portos de pesca e dragagens ou projetos de agricultura de regadio.

O desenvolvimento exponencial de projetos de produção de energia eólica em Portugal, com o aumento da capacidade instalada, ocorreu a partir dos anos 2000. Sendo no Algarve e em particular na área serrana foco de diversos estudos.

Este foi também um período no qual a AIA no Algarve se desenvolveu em paralelo com diversos processos de revisão de PDM, planos de urbanização, planos de pormenor e outras figuras de ordenamento do território da região.

Um dos aspetos considerados relevantes é a dimensão relativamente comedida dos projetos, em proporção à dimensão do território regional.

Em 2016 surge o primeiro grande Estudo de Impacte Ambiental daquela que à data era considerada a maior central fotovoltaica da Península Ibérica e mesmo uma das maiores do mundo, situada nas freguesias de Vaqueiros e Martim Longo, no concelho de Alcoutim.

Este projeto viria a ser pioneiro em moldes que a arqueologia não poderia prever e desde então o Alto Algarve Oriental tem sofrido uma enorme pressão para instalação de grandes projetos de energias renováveis.

A localização da subestação da REN de Tavira (situada na freguesia do Cachopo), que permite receber e escoar a energia produzida a par da disponibilidade de terrenos de uma região extremamente desertificada do ponto de vista humano, mas muito sensível no domínio ecológico, é um fator determinante para esta tendência.

É necessário salientar que as energias renováveis não são o absoluto exclusivo na região. Encontra-se em curso igualmente estudos que refletem uma das maiores necessidades regional: a carência de água para consumo. Por isso, os respetivos projetos revestem-se de um estímulo acrescido de discernir o custo benefício para as populações, para o património e para o ambiente dos impactes previstos. São projetos de aprovisionamento de água em barragens, como a Foupana, que visa funcionar em integração no reforço do circuito hidráulico já existente de Odeleite-Beliche ou o projeto de dessalinização de água do mar, promovido pelas Águas do Algarve. O reforço e substituição de condutas em meio urbano ou a criação de infraestruturas de ligação à barragem do Pomarão (que se estende ao território algarvio das margens do Guadiana) são alguns dos outros projetos em avaliação ligados à água.

Em termos de energias renováveis, as necessidades energéticas atuais despoletam o desenvolvimento de projetos cada vez mais audaciosos. Os centros electroprodutores estão a ser projetados cada vez em maior escala, ocupando territórios rurais mais amplos e cada vez mais sensíveis dos pontos de vista ecológico, paisagístico e cultural.

O mapa de sensibilidade arqueológica e ambiental, também conhecido como “Mapa Verde” ou de zonamento de áreas de aceleração de energias renováveis (ZAER) revela esta sensibilidade pois apresenta cerca de 7% do território de Portugal continental, incluindo parte da região do Algarve, como suscetível de receber parques eólicos e centrais solares sem grandes riscos para o património.

As supostas áreas de menor sensibilidade ambiental e patrimonial pretendem facilitar e acelerar o licenciamento dos projetos, através de identificação de “Go-To Areas”, enquanto locais preferenciais de investimento. Trata-se de um mapeamento baseado numa abordagem de macro escala, na leitura relativamente simplificada da distribuição de sítios e monumentos constantes nas bases de dados nacionais, excluindo logo a priori paisagens e outros patrimónios rurais de menor visibilidade.

No contexto presente, os estudos e avaliações ambientais sobre as energias renováveis encontram-se focados não apenas sobre novos projetos de dimensões sem precedentes, mas também reequipamentos (substituição das estruturas existentes por novas, geralmente com maior capacidade produtiva), sobreequipamentos (aumento do número de equipamentos e área ocupada em relação ao projeto original) e hibridizações (conjugação entre um projeto preexistente eólico e um novo projeto complementar solar ou vice-versa).

Não existem centros electroprodutores sem ligação às redes de distribuição e consumo ou às redes rodoviárias e outro aspeto particularmente crítico corresponde a toda a extensão de infraestruturas lineares, sobretudo linhas elétricas de média, alta e muito alta tensão, mas também valas de cabos e acessibilidades (sejam caminhos de obra, sejam estradões definitivos) com vastos impactes sobre a paisagem rural, muros de pedra e outras construções contíguas.

No caso do património classificado e em vias de classificação, existe um quadro legal muito específico, que define servidões administrativas, áreas

¹ Consultoria em Arqueologia e Património

classificadas, zonas de proteção, restrições e ainda a preservação do enquadramento cénico ou paisagístico do imóvel. Em termos de aplicabilidade de medidas a sítios arqueológicos e sobretudo a património edificado de cariz rural a situação é muito mais ambígua, embora exista uma crescente sensibilidade de todas as entidades envolvidas no processo de AIA.

O maior desafio consiste na urgência de uma reflexão mais profunda sobre o que é impeditivo, restritivo e condicionante e não apenas como ocorrências individualizadas, mas igualmente enquanto valores inerentes e indissociáveis da paisagem.

Há que salientar a importância de refletir sobre um quadro geral de referência mais rígido para definição e implementação de medidas em função de níveis de valor patrimonial e graus sensibilidade patrimonial da área de afetação do projeto como um todo, património/paisagem/valores naturais.

É indispensável analisar para além da presença pontual de sítios, vestígios, imóveis e colocar ênfase na gestão de impactes e sua minimização/ compensação sobre as paisagens de valor patrimonial a salvaguardar, paisagens estas que se desenvolveram ao longo de milénios e que correm o risco de desaparecer bruscamente.

Não existe património cultural a salvaguardar sem o património natural, sem a paisagem que o envolve. A preservação do património cultural tem em definitivo de ser analisada à luz deste enquadramento integrado.

As energias renováveis têm de ser integradas no território de forma conciliadora e compatibilizada com a preservação de toda a riqueza natural e cultural, caso contrário, deixam de ser uma alternativa verde e serão apenas um investimento economicamente rentável.

SALVAGUARDA E GESTÃO DO TERRITÓRIO: O CONTRIBUTO DA ARQUEOLOGIA PARA O PLANO DIRETOR MUNICIPAL DO CONCELHO DE TAVIRA

Jaquelina Covaneiro¹

Sandra Cavaco²

Celso Candeias³

O Plano Diretor Municipal (PDM) é um instrumento legal de gestão do território municipal, que define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município, regulamentando e ordenando o território do município de Tavira. Como instrumento de referência para a elaboração dos demais planos municipais, o PDM estabelece a referenciação espacial dos usos e atividades do solo através da definição de classes e categorias relativas ao espaço, identificando as redes urbanas, viárias, de transportes e de equipamentos, sistemas de telecomunicações, tratamento e abastecimento de água, entre outras.

Assim, e no âmbito da revisão do PDM de Tavira, foi efetuada a realocização dos sítios arqueológicos localizados no concelho, bem como a avaliação dos sítios e indícios arqueológicos reconhecidos, de forma a apoiar os trabalhos de revisão da componente arqueológica deste documento. Pretendeu-se, por um lado, contribuir para uma melhor salvaguarda, conhecimento e valorização dos bens culturais arqueológicos e, por outro, contribuir para a criação de um corpus documental e

científico que servirá de ponto de partida para outros trabalhos de investigação sobre o concelho de Tavira.

No decurso deste trabalho constatamos que a identificação e referenciação das realidades patrimoniais arqueológicas é um processo em constante construção, pelo que se torna necessária uma atualização contínua dos dados. Parte desta exigência decorre das inúmeras operações urbanísticas e agrícolas que todos os dias se registam no território e que, em última análise, viabilizam a identificação de novos elementos patrimoniais.

No que concerne à salvaguarda do património arqueológico concelhio, particularmente aquele que se implanta na cidade de Tavira, foram criadas três áreas de sensibilidade arqueológica (ASA1, ASA2 e ASA3), no âmbito do Plano de Urbanização de Tavira, para as quais foram definidas medidas cautelares. Em continuidade, foi ainda estabelecida uma classificação dos sítios arqueológicos tendo em conta o seu grau de relevância, nomeadamente Grau de relevância 1 (Património Classificado ou a classificar), Grau de relevância 2 (Património Arqueológico Inventariado no PDM) e Grau de relevância 3 (Património Arqueológico Inventariado no PDM, com potencial arqueológico).

A prospeção de campo permitiu constatar que alguns dos sítios arqueológicos, aquando da sua identificação, já se encontravam total, ou parcialmente afetados, pelo que não nos foi possível a sua (re)localização. Por outro lado, constatamos que em alguns casos os indícios materiais relativos a um sítio arqueológico se limitavam a um objeto ou mesmo a um fragmento cerâmico, dos quais desconhecemos o paradeiro. Nestes, e noutros casos, não nos foi possível a (re)localização do sítio arqueológico.

Em virtude dos trabalhos de prospeção efetuados (2015-2017) foi possível referenciar 348 sítios e/ou achados arqueológicos. Destes, 136 não foram validados. Dos 212 sítios validados, 100 implantam-se na cidade de Tavira e os restantes 112 em meio rural. Em 2025 foi realizada uma atualização de dados tendo sido validados 290 sítios. Destes, 134 localizam-se na cidade, 114 em meio rural e 42 em meio aquático.

Por último, verificamos que a esmagadora maioria das localizações existentes não corresponde ao sítio arqueológico. Também observamos a existência de sítios duplicados, bem como a inclusão de sítios pertencentes administrativamente a outros concelhos. Tendo em conta estes dados seria útil efetuar uma revisão e/ou atualização da base de dados Endovélico, no que ao concelho de Tavira diz respeito.

¹ Câmara Municipal de Tavira/CEAACP

² Câmara Municipal de Tavira/CEAACP

³ Câmara Municipal de Tavira

JORNADAS ARQUEOLÓGICAS
DA REDE DE MUSEUS
DO ALGARVE

[20]

+4.10

+3.87

+4.25

+4.33

+4.02

+4.57

ARQUEOLOGIA DO BAIXO GUADIANA

CIRCULAÇÃO E COMÉRCIO DE ÂNFORAS D DE PELLICER: O CASTELINHO DOS MOUROS E ALCOUTIM NO CONTEXTO DA NAVEGAÇÃO NO BAIXO GUADIANA DURANTE II IDADE DO FERRO

Inês Catarina Domingos da Silva¹

Integrada no projecto de doutoramento sobre as ânforas D de Pellicer do Sul de Portugal, a presente proposta pretende apresentar uma reflexão sobre a navegação no rio Guadiana entre Castro Marim (*Baesuri*) e Mértola (*Myrtilis*), analisando, de forma preliminar, o possível papel do Castelhinho dos Mouros, localizado em Alcoutim, enquanto ponto intermédio neste eixo de circulação fluvial.

Durante a II Idade do Ferro, observa-se um grande fluxo de produtos provenientes do Mediterrâneo em todo o território algarvio, como demonstram os inúmeros trabalhos publicados ao longo dos últimos anos. O litoral é a principal região onde se observa esta relação comercial, com as populações que aí se instalaram a aproveitarem as vantagens que a zona lhes concedia, tanto ao nível da defensabilidade como da atracção e do controlo do meio envolvente. No entanto, também no interior se observa uma grande presença destes produtos, nomeadamente nas regiões acessíveis pela zona navegável do rio, nomeadamente o Guadiana, que se apresenta como a principal via fluvial de navegação, criando a ponte entre litoral e interior.

Um desses focos encontra-se no Castelo de Castro Marim, localizado na margem direita do rio Guadiana, muito próximo da foz. Os dados demonstram que a sua ocupação remonta ao Neolítico, sendo com a ocupação do Bronze Final que se assume o início de uma ocupação permanente. O sítio ganhou grande importância durante a Idade do Ferro e a época romana, considerando que a sua implantação no topo de uma colina que, de acordo com os estudos sobre a evolução da costa, teria sido uma ilha, lhe conferia uma posição estratégica, tanto em termos de defensabilidade como de controlo da circulação fluvial. Escavado durante vários anos, forneceu um conjunto muito significativo de dados sobre o tipo de ocupação, permitindo compreender a sua importância.

A montante do rio, Mértola destaca-se pela sua importância como porto fluvial na margem direita do rio, a cerca de 70km da costa, com reconhecida importância fluvial em época romana. Apesar de a ocupação islâmica ter destruído grande parte dos vestígios anteriores, foi possível identificar, através de intervenções arqueológicas de salvaguarda, fases de ocupação mais antigas. Estas forneceram um conjunto abundante de materiais, no qual se identificaram inúmeras produções importadas, demonstrando a importância do rio Guadiana como via privilegiada de contacto e de circulação de pessoas e bens. Apesar de Mértola já se encontrar fora da área geográfica do Algarve, a sua inclusão é importante para compreender o possível papel de Alcoutim enquanto ponto intermédio neste eixo de circulação.

A vila de Alcoutim, também localizada na margem direita do rio Guadiana, ocupa uma posição favorável ao controlo da circulação fluvial, encontrando-se sensivelmente a meio caminho entre Castro Marim e Mértola. Embora a actual vila se desenvolva junto à margem, estendendo-se em direcção à colina, e apesar de estar documentada uma ocupação da Idade do Ferro no Castelo de Alcoutim, o sítio que assume particular relevância para a presente proposta é o Castelhinho dos Mouros. Implantado numa zona elevada, com domínio visual sobre duas curvas do rio, este sítio apresenta

uma localização compatível com eventuais funções de controlo, apoio ou articulação da navegação fluvial. A sua integração nesta análise não pretende, contudo, atribuir-lhe antecipadamente uma função específica, mas avaliar o seu possível papel na circulação entre Castro Marim e Mértola a partir dos dados arqueológicos actualmente disponíveis.

Durante a investigação em curso, foi possível rever o espólio e localizar os fragmentos de ânforas D de Pellicer do Castelo de Castro Marim — abordados numa dissertação de mestrado —, do Castelhinho dos Mouros e de Mértola, estes últimos já estudados no âmbito de trabalhos realizados por uma equipa da Universidade de Sevilha.

Com os dados actualmente disponíveis, observa-se a grande importância que o Castelo de Castro Marim assume enquanto centro de controlo da entrada e da circulação de bens, como demonstram as campanhas de escavação arqueológica, das quais resultaram inúmeros dados. Relativamente às ânforas D de Pellicer, após a revisão dos materiais, foram identificados cerca de 140 fragmentos de bordo, enquadráveis nas produções do Guadalquivir. A sua associação a outros materiais arqueológicos provenientes de contextos conservados permite balizar a respectiva comercialização entre o século IV a.C. e o período compreendido entre 70 e 25 a.C., verificando-se uma evolução da forma, já apresentada e proposta na dissertação de mestrado.

Outro caso de semelhante importância é Mértola, que se enquadraria como centro de recepção e de redistribuição regional dos bens importados através do Guadiana, como demonstram os contextos pré-romanos e romanos conservados, nos quais foram identificados materiais importados de elevada qualidade. As ânforas D de Pellicer ainda se encontram em revisão no âmbito do projecto de doutoramento. No entanto, de acordo com [...], foram identificados e classificados cerca de XXX fragmentos de bordo que, à semelhança do conjunto do Castelo de Castro Marim, reafirmam a importância de Mértola enquanto grande centro populacional.

Considerando o volume de materiais identificado nos sítios anteriormente referidos, observa-se uma diferença significativa relativamente ao Castelhinho dos Mouros, em Alcoutim, onde apenas foram reconhecidos dois fragmentos de bordo de ânforas D de Pellicer. Esta disparidade deve, contudo, ser interpretada com prudência, tendo em conta as diferentes condições de investigação, a extensão das áreas intervencionadas, o estado de conservação dos contextos e o volume de materiais efectivamente estudado em cada sítio.

Apesar da reduzida expressão quantitativa deste conjunto, a localização do Castelhinho dos Mouros, numa zona elevada com domínio sobre duas curvas do rio e sensivelmente a meio caminho entre Castro Marim e Mértola, justifica a sua inclusão na análise das dinâmicas de navegação e circulação do Guadiana. A presença destes contentores, em associação com os restantes dados disponíveis para a ocupação pré-romana, permite colocar a hipótese de o sítio ter integrado esta rede fluvial, eventualmente enquanto ponto intermédio de apoio, controlo ou articulação da circulação.

Os dados actualmente disponíveis não permitem, porém, definir o Castelhinho dos Mouros como um entreposto comercial nem determinar com segurança a natureza das funções que terá desempenhado. A proposta pretende, assim, discutir o seu possível papel no eixo fluvial entre Castro Marim e Mértola, apresentando uma hipótese de trabalho que deverá ser confrontada com os restantes materiais arqueológicos e com futuros dados provenientes da investigação do sítio.

RESULTADOS DO PROJECTO “MUÇULMANOS E CRISTÃOS EM CACELA MEDIEVAL: TERRITÓRIO E IDENTIDADES EM MUDANÇA”

Cristina Tété Garcia¹

Maria João Valente²

Hugo Cardoso³

O Núcleo Histórico de Cacela-a-Velha localiza-se no concelho de Vila Real de Santo António, integra-se no Parque Natural da Ria Formosa e encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público com Zona Especial de Protecção.

Cacela-a-Velha teve castelo a partir do século X. No século XII, al-Idrisi descreveu Cacela, então designada Qastalla Darrag como «(...) uma fortaleza construída à beira-mar, bem povoada e há nela muitas hortas e campos de figueiras.»

Em 1998, escavações arqueológicas revelaram a presença islâmica medieval em Cacela-a-Velha e os trabalhos arqueológicos realizados em anos posteriores confirmaram a existência das muralhas do castelo, estruturas habitacionais, grandes silos de armazenamento de cereais e, extramuros, junto da foz da ribeira, um bairro habitacional de cronologia almóada.

Sobre os restos construtivos deste bairro islâmico, a Arqueologia pôs a descoberto uma grande necrópole cristã dos períodos medieval e moderno.

As fontes documentais foram importantes no enquadramento histórico da necrópole, que terá sido o primeiro cemitério cristão em terras algarvias, criado após a conquista de Cacela, ocorrida entre os anos de 1238 e 1240. O projecto de doutoramento «Cacela-a-Velha no contexto da atividade marítima e do povoamento rural do sudoeste peninsular nos séculos XII-XIV» (Tété Garcia, 2015) veio consolidar naquela fase a investigação histórico-arqueológica sobre Cacela.

Em 2018 nasceu um novo projecto para Cacela. “Muçulmanos e Cristãos em Cacela Medieval: território e identidades em mudança” é uma iniciativa conjunta da Universidade do Algarve e da Simon Fraser University do Canadá. O projecto contou com os apoios da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e da Direção Regional de Cultura do Algarve.

Tem como objectivo consolidar a informação histórico-arqueológica já adquirida e alargar o conhecimento sobre o território onde a população de Cacela se estabeleceu, bem como sobre as comunidades humanas que o habitaram ao longo da Idade Média (séculos X a XV). O cerne dos trabalhos é a transição entre a ocupação medieval islâmica e medieval cristã, com foco nas alterações operadas e nas continuidades perpetuadas.

Em paralelo, o projeto pretende também constituir-se como espaço formativos de jovens investigadores nas áreas de arqueologia, património cultural e antropologia.

Para tal efeito, congrega três planos de ação abrangendo escavações arqueológicas, prospeções de campo e análises multidisciplinares de dados e materiais arqueológicos. A equipa científica esperava ainda que o projeto enforme a estrutura base de um programa de divulgação e valorização do património histórico-arqueológico de Cacela-a-Velha, pela renovação e ampliação das infraestruturas de apoio a visitas aos sítios arqueológicos de Cacela-a-Velha e o estabelecimento de medidas de medidas de proteção e musealização in situ de monumentos.

INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO BALUARTE ESTE DO CASTELO DE CASTRO MARIM

Carlos Oliveira⁴

Actualmente, o baluarte Este do castelo do Castro Marim apresenta sensivelmente a mesma configuração que teria à data da sua construção que, segundo os dados disponíveis, remonta a meados do séc. XVII, tendo sido realizada no âmbito de um projecto de modernização do perímetro defensivo da vila. Localiza-se no extremo Nordeste da muralha, justamente sobre uma antiga zona de entrada, delimitada por um edifício rectangular que encosta à face exterior da cerca medieval, interrompendo a regularidade do seu traçado e funcionando como antecâmara de acesso ao perímetro amuralhado. A construção do referido baluarte, também denominado “bateria de Malpique”, implicou o aterro desse edifício e a ocultação de parte da muralha medieval, de forma a conseguir um espaço mais amplo para a sua instalação.

A intervenção arqueológica ali realizada foi motivada pela pretensão do município Castro Marim em reabrir a porta Este da cerca do castelo da vila, “emparedada” no séc. XVII, na sequência da reestruturação das linhas defensivas desta Praça de Armas, obra que resultou na configuração abaluartada acima descrita. Com o intuito de preparar o respectivo projecto, procedeu-se ao diagnóstico arqueológico através da escavação de três áreas distintas, duas delas implantadas de modo a coincidir com os vãos emparedados pertencentes à muralha medieval, tendo como principal objectivo averiguar a altimetria da superfície de circulação nessa época. Uma outra sondagem implantou-se junto à face exterior do baluarte por forma a confirmar a altura integral de um dos paramentos e averiguar sobre eventuais estruturas a ele associadas. Entre diversos outros aspectos, a escavação do interior do baluarte permitiu verificar que o a sua construção obedeceu a uma organização estruturada por alvéolos, tendo-se verificado que os vários espaços definidos foram preenchidos com entulhos relativamente limpos de pedra e pouco compactados. Apesar de se terem distinguido diversas camadas de aterro, a sua estratificação não apresenta significado diacrónico, uma vez que todas contêm material arqueológico integrável nos séculos XVI-XVII. Tal cronologia é compatível com o ambicioso programa de remodelação e de ampliação do sistema defensivo da vila que se traduziu na construção de diversas estruturas militares, nomeadamente o forte de São Sebastião, revelim de S. António e a cerca a abaluartada, obras que terão decorrido durante os reinados de D. João IV (1640-1656) ou de D. Afonso VI (1656-1683).

O CONTRIBUTO DA AVALIAÇÃO DE IMPACTES AMBIENTAIS PARA O CONHECIMENTO DA OCUPAÇÃO HUMANA EM TORNO DA RIBEIRA DA FOUPANA (ALCOUTIM E CASTRO MARIM)

Carla Fernandes⁵

Alexandra Gradim⁶

A presente comunicação tem como foco os conhecimentos sobre a ocupação do território em torno da ribeira da Foupana que decorreram dos trabalhos de prospeção arqueológica e levantamento do património edificado realizados no âmbito do Estudo de Impacte Ambiental do Estudo

¹CCDRAlgarve/CEAACP/UALG-FCHS

²UALG-FCHS/CEAACP

³Simon Fraser University, Canadá

⁴UNIARQ-FLUL

⁵Consultoria em Arqueologia e Património

⁶Câmara Municipal de Alcoutim

Prévio da Barragem da Foupana, cuja área de estudo abrange territórios dos concelhos de Alcoutim (União das freguesias de Alcoutim e Pereiro) e Castro Marim (freguesia de Odeleite).

Este é um projeto da responsabilidade da Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve (ABPRSA). A avaliação de impactes ambientais foi realizada pela AQUALOGUS – Engenharia e Ambiente, Lda., sendo a primeira signatária subcontratada para o desenvolvimento dos estudos inerentes ao descritor Património Arqueológico, Arquitetónico e Etnográfico.

Os trabalhos arqueológicos de prospeção decorreram com a colaboração da segunda signatária entre finais de 2024 e março de 2025, tendo viabilizado a identificação de um conjunto de ocorrências de valor patrimonial, arqueológicas e edificadas.

Estes trabalhos tiveram por objetivo minimizar a eventual afetação das ocorrências patrimoniais identificadas na área de incidência do projeto da barragem, respetiva albufeira e demais infraestruturas associadas. Paralelamente, procurou-se contribuir para a produção de um quadro atualizado sobre património cultural da região afetada, para o qual foi fundamental a sinergia criada entre a equipa do EIA e a equipa de arqueologia do município de Alcoutim.

A ribeira da Foupana, cuja nascente se localiza nas proximidades da localidade de Caniçadas, concelho de Loulé, estende-se por 97,6 Km até desaguar na ribeira de Odeleite, na fronteira entre os concelhos de Alcoutim e Castro Marim, a curta distância do Guadiana.

A área a que reporta a investigação realizada restringiu-se a uma faixa de 16 km de extensão de um vale encaixado e serpenteado, no extremo sudeste deste curso de água e a cerca de 500 metros do ponto de confluência entre a ribeira da Foupana e a ribeira de Odeleite.

O levantamento efetuado e a área prospectada compreenderam as distintas soluções para implantação da barragem em estudo e respetivos limites da albufeira, cuja cota máxima de armazenamento de 52 metros se encontra condicionada pela integração deste projeto no reforço do circuito hidráulico já existente de Odeleite-Beliche, através da transferência de água por intermédio de um túnel de ligação à barragem de Odeleite. Considerando a solução de projeto com extensão máxima de albufeira, a área máxima futuramente inundada será de cerca de 692 ha.

A pesquisa prévia efetuada em fontes bibliográficas e cartográficas permitiu não só traçar um enquadramento histórico para a área em estudo, facultando uma leitura integrada de possíveis achados, no contexto mais amplo da diacronia de ocupação do território; mas também viabilizar a identificação de indícios potencialmente relacionados com vestígios e áreas de origem antrópica antiga, com base no levantamento sistemático de informação de carácter fisiográfico e toponímico da documentação cartográfica.

Por seu lado, a prospeção sistemática levada a cabo na área de estudo do projeto da Barragem da Foupana, acompanhada do respetivo registo de vestígios arqueológicos e elementos edificados de interesse arquitetónico e etnográfico, proporcionou uma atualização dos dados inscritos em inventários precedentes, tendo igualmente ampliado o seu número ao documentar 47 ocorrências, algumas das quais inéditas (25 no concelho de Alcoutim, margem esquerda da ribeira e as restantes 22 ocorrências no concelho de Castro Marim, já na margem direita do curso de água e parte da margem esquerda do troço mais a jusante da ribeira).

Este levantamento permitiu compreender a importância das áreas mais amplas de terrenos aplanados e aluvionares, fundamentando a existência de diversos núcleos de povoamento antigo, implantados sobre os relevos em rechã e esporão sobranceiros à ribeira; permitiu igualmente estabelecer a relação do povoamento não apenas com a ribeira e com os terrenos mais férteis que a envolvem, mas igualmente com os caminhos naturais que conduzem às suas margens. Também é possível estabelecer uma relação entre a existência de currais e estruturas agropastoris mais recentes e derrubes de ocupações mais arcaicas. Finalmente, destaca-se o levantamento das estruturas molinológicas, fundamentais no quadro da economia de subsistência.

Uma vez que é previsível a afetação de parte significativa das ocorrências patrimoniais, sobretudo decorrente do enchimento da albufeira, foi definido um plano de avaliação e minimização de impactes para as fases de estudo subsequentes, nomeadamente para a fase de Projeto de Execução, na qual se fixará uma solução única de barragem.

Este plano pretende implementar meios complementares de estudo, nomeadamente a leitura e interpretação de levantamento de LiDAR e a prospeção geofísica, uma abordagem baseada em metodologias complementares para identificar outras realidades que possam não ser perceptíveis na área de estudo através da prospeção arqueológica, esclarecer a pertinência dos locais mais suscetíveis e escrutinar e delimitar de forma mais minuciosa os setores efetivamente mais sensíveis do ponto de vista da minimização de impactes do Projeto.

JORNADAS ARQUEOLÓGICAS
DA REDE DE MUSEUS
DO ALGARVE

[20]

+4.10

+3.87

+4.25

+4.33

+4.02

+4.57

ARQUEOLOGIA DO BARROCAL/SERRA

CARTA ARQUEOLÓGICA DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL: BALANÇO ATUAL E ESTUDO DOS MENIRES DE MONTE DO TRIGO

Angelina Pereira¹

António Faustino Carvalho²

Apresentamos neste trabalho o balanço dos trabalhos arqueológicos realizados em 2023 no âmbito do Projeto de Investigação Plurianual de Arqueologia intitulado “Estudo do Património Arqueológico de São Brás de Alportel”, o qual compreendeu uma larga diacronia – da Pré-História ao final da Idade Média – e a revisão, atualização e aprofundamento dos conhecimentos sobre o passado mais remoto do município, assim como o estudo dos menires de Monte do Trigo (Machados), complementando os dados até agora conhecidos, os quais se pretende materializar na Carta Arqueológica de São Brás de Alportel.

Com raízes nas investigações pioneiras de Estácio da Veiga (século XIX), os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no concelho, especialmente ao longo dos últimos 25 anos, foram impulsionados pelas prospeções sistemáticas (iniciadas em 1999-2000), pela atividade arqueológica municipal e pelos protocolos estabelecidos com a Universidade do Algarve. Estes trabalhos permitiram identificar, até ao momento, 52 sítios arqueológicos cujas cronologias se inserem entre o Paleolítico Superior e a época moderna. Todavia, face à sobreposição de várias ocupações num mesmo local, poderão contabilizar-se 73 ocorrências individualizáveis. A descoberta do complexo menírico no Monte do Trigo, que revelou práticas rituais e cerimoniais das comunidades camponesas pré-históricas ali instaladas, ocorreu no âmbito deste projeto. Este complexo revolucionou a perspetiva da distribuição regional do megalitismo menírico atribuível ao Neolítico, antes considerada circunscrita ao Barlavento.

Adicionalmente, o achado de machados e enxós de pedra polida (anfibolito e grauvaque) dispersos pelo Barrocal, e ausentes na Serra, denunciam o padrão de povoamento então vigente e a existência de trocas a longa distância com o atual Baixo Alentejo há cerca de seis milénios.

Já no que concerne aos períodos históricos da época romana (séculos II/I a.C. a V d.C.) e medieval islâmica (séculos X a XIII), aquela dualidade paisagística do território determinou os modelos, marcadamente rural, de povoamento: aglomerado no Barrocal, devido à maior aptidão agrícola e recursos hídricos, e disperso na Serra, vocacionado para o pastoreio, caça e silvicultura. Ocupações destes períodos surgem, frequentemente, sobrepostas, o que atesta uma sólida continuidade no padrão de assentamento humano por parte daquelas comunidades.

A elaboração de uma Carta Arqueológica que colija todos os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no concelho de São Brás de Alportel – desde o século XIX ao XXI – apresenta-se como um desígnio crucial, pois esta ferramenta científica desempenhará três papéis vitais:

- a. servir de repositório do património e da evolução do território;
- b. atuar como veículo de divulgação cultural e fortalecimento identitário da comunidade;
- c. funcionar como um instrumento obrigatório de ordenamento do território e gestão urbanística integrado no Plano Diretor Municipal (PDM), garantindo a salvaguarda eficaz deste legado histórico finito e vulnerável.

NA SERRA, À BEIRA DE ÁGUA: AS NECRÓPOLES DA IDADE DO FERRO DE CORTE PINHEIRO 1 E VALE/MONTE DOS VERMELHOS (AMEIXIAL, LOULÉ)

Susana Estrela³

Dário Antunes⁴

Zélia Rodrigues⁵

João Nuno Marques⁶

Apresenta-se os resultados de duas intervenções de diagnóstico arqueológico, desenvolvidas por uma equipa da Palimpsesto Lda., nas necrópoles da Idade do Ferro de Corte Pinheiro 1 e Vale/Monte dos Vermelhos (Ameixial, Loulé).

Os trabalhos, promovidos pela Câmara Municipal de Loulé, enquadram-se no Programa Operacional CRESC Algarve 2020.

Ambos sítios têm em comum o posicionamento, nas margens da Ribeira do Vascanito, e a presença de estelas com escrita do Sudoeste.

Vale/Monte dos Vermelhos conheceu a recolha de três monumentos epigráficos, entre os anos 20 e 70 do século passado, e a decapagem da superfície, que deixa visíveis estruturas funerárias. Corte Pinheiro 1 é identificado em 2008, em prospeções de superfície do Projeto ESTELA, a partir da recolha de uma estela com este sistema de escrita, associada a uma mancha de elementos pétreos dispersos e aparentemente delimitados por alinhamentos.

O diagnóstico arqueológico de 2021-2022 permitiu conhecer mais de uma vintena de contextos funerários, no conjunto dos dois locais, e enquadrá-los nos respetivos faseamentos, fundamentados nas arquiteturas, espólios e práticas funerárias e rituais.

Entre outros, os dados indicam a construção, ocupação e abandono entre o século VI e a 1ª metade do século IV a.C., as sequências dos contextos funerários, nem sempre gregárias, a existência de níveis de circulação e de episódios de práticas cultuais, com espólio associado de matriz mediterrânea e onde abundam as produções cerâmicas locais/regionais.

Os resultados obtidos permitirão a ousadia de inscrever estas duas necrópoles serranas, das margens da Ribeira do Vascanito, num “Ferro do Ameixial”, cujos ritmos de construção, ocupação e abandono carece, à data, do conhecimento dos contextos habitacionais.

A CONSERVAÇÃO ALIADA À ARQUEOLOGIA COMO FORMA DE ENTENDIMENTO DO PASSADO – INTERVENÇÃO NO CASTELO DE ALFERCE

Paulo Carreira⁷

Fábio Capela⁸

A concepção popular de que o Castelo de Alferce nada mais é que um “monte de pedras” tresmalhadas no topo do cerro veio a dissipar-se com o desenvolvimento de sucessivas campanhas arqueológicas ao longo dos últimos anos, que trouxeram à luz uma imponente estrutura defensiva. Ao invés de alinhamentos de paramentos pouco ou nada perceptíveis no terreno, observam-se actualmente panos de muralha e torres preservadas que nos dão uma ténue ideia da magnitude que este povoado fortificado teve outrora. Estas estruturas evidenciam uma sucessão de três recintos não concêntricos, que incluem infra-estruturas militares e habitacionais, com destaque para o alcácer que coroa a elevação.

Com base no actual conhecimento, podem ser identificados três momentos de ocupação islâmica distintos, em que o primeiro e, provavelmente, o segundo ocorrem durante o período emiral e o terceiro durante o período califal. A mutação do recinto fortificado no topo da elevação resultou na

¹ Câmara Municipal de São Brás de Alportel

² UALG-FCHS

³ Palimpsesto – Estudo e Preservação do Património Cultural, Lda.

⁴ Palimpsesto – Estudo e Preservação do Património Cultural, Lda.

⁵ Palimpsesto – Estudo e Preservação do Património Cultural, Lda.

⁶ Palimpsesto – Estudo e Preservação do Património Cultural, Lda.

⁷ In Situ

⁸ Câmara Municipal de Monchique/CEAAC

canibalização das estruturas antecessoras para a obtenção de materiais de construção, embora também se tenha verificado o reaproveitamento de fundações pré-existentes para a edificação de partes dos dois recintos mais recentes.

O âmbito desta intervenção assentou em três princípios base, a investigação, a preservação do património e a sua valorização. No que se refere ao Castelo de Alferce, estes três pontos estão intimamente ligados pois a investigação e a preservação do património através da sua estabilização vai possibilitar a criação de condições de segurança para a musealização do espaço e consequente atracção turística.

No Castelo de Alferce está a desenvolver-se uma nova abordagem para os projectos de escavação de longo prazo. Com efeito, optou-se por um faseamento dos trabalhos arqueológicos, permitindo intercalar com a escavação a conservação das estruturas postas a descoberto. Pretende-se, deste modo, evitar o estado ruinoso em que muitos sítios arqueológicos se encontram após longos períodos de escavação e posterior abandono. Esta abordagem permite não só a conservação das estruturas no momento real de exposição, como também possibilita a recolha de informação sobre o edificado, criando um profundo conhecimento do objecto de estudo e antevendo as futuras necessidades das zonas ainda por escavar.

No segundo semestre de 2025 foi concretizada uma escavação arqueológica e uma intervenção de Conservação e Restauro. Esta última fundamentou-se no conhecimento obtido ao longo de anos de escavação e na valiosa informação recolhida durante a autópsia realizada à estrutura durante o processo de desmonte dos paramentos desaprumados e na limpeza e recolha de elementos construtivos pertencentes à torre parcialmente colapsada em 2024. Esta análise permitiu uma escolha de materiais fundamentada e adaptada à realidade observada. No âmbito da Arqueologia, foi possível investigar as camadas estratigráficas anteriores à edificação da referida torre e aprofundar o conhecimento sobre a ocupação pré-histórica deste local.

Esta abordagem permitiu a definição de critérios e metodologias para as futuras obras de consolidação que acompanharão o progresso das escavações arqueológicas. Além dos trabalhos de estabilização e reconstrução previstos, a intervenção permitiu igualmente proceder à sinalização de situações de risco e à definição de medidas de prevenção e mitigação de danos nas estruturas a deixar a descoberto nas escavações arqueológicas vindouras, tendo estes trabalhos fornecido igualmente importantes dados científicos para a interpretação do sítio arqueológico.

SOB ARGAMASSAS E LADRILHOS: UMA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, ALCOUTIM

João Nuno Marques¹

João Fortuna Madureira²

Linda Melo³

Alexandra Gradim⁴

No âmbito do projeto de renovação e valorização da Ermida de Nossa Senhora da Conceição, promovido pelo Município de Alcoutim, foi desenvolvido um programa integrado de trabalhos arqueológicos destinado a salvaguardar e documentar as intervenções previstas no edifício e na sua envolvente imediata. A intervenção compreendeu a realização de sondagens parietais, o acompanhamento arqueológico das afetações no subsolo e a execução de trabalhos de antropologia, proporcionando uma oportunidade singular para aprofundar o

conhecimento da história construtiva e funcional deste monumento classificado.

A estratégia metodológica assentou na execução de sondagens parietais distribuídas pelos diferentes corpos do edifício, complementadas pelo acompanhamento permanente das escavações necessárias à instalação de infraestruturas e à correção de patologias construtivas. A leitura estratigráfica dos paramentos permitiu identificar sucessivas campanhas de rebocos, caiações e remodelações, reconhecer técnicas construtivas distintas, documentar alterações funcionais do espaço e preservar vestígios de revestimentos e pinturas murais de cronologia antiga, fundamentais para a compreensão da evolução arquitetónica do imóvel.

Paralelamente, o acompanhamento arqueológico das intervenções no exterior conduziu à identificação de contextos funerários associados à ermida. Estes resultados vieram confirmar a existência de áreas sepulcrais na envolvente do edifício, contribuindo para uma melhor compreensão da organização e utilização histórica deste espaço religioso.

A conjugação entre a arqueologia da construção e o acompanhamento arqueológico demonstrou a importância da integração destas metodologias em projetos de conservação e reabilitação do património edificado. Para além de garantir a salvaguarda de evidências patrimoniais potencialmente afetadas pela obra, esta abordagem permitiu produzir novos dados sobre as diferentes fases construtivas da ermida, as transformações sofridas ao longo da sua história e a relação entre o edifício e o espaço funerário envolvente. Os resultados obtidos reforçam o papel da arqueologia preventiva como instrumento de produção de conhecimento científico e de apoio à valorização do património arquitetónico e arqueológico.

¹ Palimpsesto – Estudo e Preservação do Património Cultural, Lda.

² Palimpsesto – Estudo e Preservação do Património Cultural, Lda.

³ Palimpsesto – Estudo e Preservação do Património Cultural, Lda.

⁴ Câmara Municipal de Alcoutim

JORNADAS ARQUEOLÓGICAS
DA REDE DE MUSEUS
DO ALGARVE

[20]

+4.10

+3.87

+4.25

+4.33

+4.02

+4.57

ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA

PROJECTO MARQ - A ARQUEOLOGIA MARÍTIMA NO "MAR DE QUARTEIRA"

Pedro Barros¹

O Projeto Paisagem Cultural Marítima do "Mar de Quarteira" (MARQ) pretende sistematizar a informação sobre os achados e sítios arqueológicos, sobre os locais onde se presume haver vestígios arqueológicos e sobre as referências documentais que nos falam sobre o Património Cultural Marítimo no litoral de Loulé.

O trabalho vai incidir sobre mais de noventa locais, muitos dados a conhecer pela comunidade piscatória (pescadores, mariscadores e mergulhadores) de Quarteira. A relação estabelecida, entre estas pessoas e a equipa da exposição "Com os Pés na Terra e as Mãos no Mar - 6000 anos de História de Quarteira", permitiu ainda delimitar o que

hoje designamos "Mar de Quarteira", localizado entre o Cabo de Santa Maria (Faro), a Este, e Armação de Pêra (Silves/Lagoa) a Oeste, tendo como limite Sul os 100-150m de profundidade.

Pretende-se assim contribuir para se conhecerem as diversas histórias, como as diferentes paisagens que ao longo dos tempos existiram neste litoral, o sítio romano de Quarteira Submersa que estava numa península de areia, a dezena de trágicos naufrágios que aqui aconteceram alguns com perto de 500 anos, as diferentes âncoras talhadas para as antigas armações de atum e sardinha, o avião da II Guerra Mundial perdido à entrada da Marina de Vilamoura, ou as histórias de pescadores e mergulhadores que partilharam as peças arqueológicas com o Museu Municipal de Loulé, entre tantas outras histórias.

No geral vai-se sistematizar e documentar a informação e integrá-la num contexto histórico-arqueológico; interpretar e produzir conhecimento científico que contribua para a arqueologia e para a gestão do nosso território. Numa parceria entre empresas privadas e investigadores da Universidade de Lisboa e da Universidade do Algarve

os trabalhos arqueológicos vão desde a sistematização da informação bibliográfica; ao estudo das peças existentes em museus e coleções privadas, aos trabalhos arqueológicos no mar - prospeção, registo fotogramétrico 3D dos sítios submersos -, e à publicação, entre tantos outros.

A presente comunicação pretende divulgar os resultados do projecto assente no conhecimento científico produzido. O objectivo é contrariar a invisibilidade do Património Cultural Marítimo que o mar nos oculta (e ao mesmo tempo nos protege). Neste âmbito, pretende-se ainda promover uma valorização através de diferentes soluções analógicas e digitais, para mergulhadores e não mergulhadores, como apresentações públicas, ações de formação em escolas e associações profissionais

ligadas à pesca, campanhas de limpeza de redes em sítios arqueológicos, mesas interpretativas e folhetos integrados no Geoparque Algarvensis, ou mesmo a criação de itinerários subaquáticos e digitais, e uma exposição. Esta divulgação pretende ser aplicar o conceito da Ciência Cidadã, ou seja, no envolvimento das pessoas nas atividades de investigação científica para que alguns destes sítios arqueológicos venham a fazer parte da identidade da comunidade que vive do, e trabalha no mar, e de todos os louletanos.

O PROJECTO MUCH LAGOS E A EVOLUÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL MARÍTIMA

Gonçalo C. Lopes²

Joana Baço³

O projeto MUCH Lagos - Maritime & Underwater Cultural Heritage of Lagos and the evolution of the seascape – assume como propósito central o avanço do conhecimento científico em Lagos (Portugal), centrando-se na arqueologia subaquática, na história marítima e nos estudos da paisagem cultural marítima. Mediante uma metodologia rigorosa e uma estratégia eficaz de comunicação de ciência, a iniciativa visa potenciar o acesso público a este património desconhecido e invisível, mas que se pretende partilhado. Este estudo é desenvolvido ao abrigo de um contrato do Estímulo ao Emprego Científico Individual (CEEC), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), sendo a sua coordenação assegurada conjuntamente pela Universidade do Algarve (UALg), através do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP), e pela Universidade Nova de Lisboa, através do CHAM - Centro de Humanidades.

Os trabalhos têm-se fundamentado no registo e análise de evidências arqueológicas, designadamente âncoras, materiais cerâmicos, vítreos, metálicos e orgânicos, bem como em contextos de naufrágio. Através da sistematização de dados e da análise em Sistemas de Informação Geográfica (SIG), foram mapeadas áreas de fundeadouro, examinadas dinâmicas portuárias e caracterizadas as almadras documentadas histórica e etnograficamente, explorando-se a interação humana com o meio aquático. Paralelamente, foram implementadas estratégias direcionadas para a capacitação do Património Cultural Subaquático (PCS) como motor de desenvolvimento social, económico e cultural; este eixo envolve ativamente as comunidades locais de mergulhadores e pescadores, promovendo, em simultâneo, a divulgação e a valorização do património em contexto escolar.

O projeto converge plenamente com os princípios da Convenção da UNESCO de 2001 para a Proteção do Património Cultural Subaquático e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (Agenda 2030), preconizando a preservação in situ e o acesso público ao PCS. Mediante esta abordagem, a investigação concorre diretamente para o fortalecimento da Economia Azul e para o fomento da Literacia do Oceano, projetando o seu impacto nas gerações presentes e futuras.

ONDE A TERRA ACABA E O MAR COMEÇA. A PAISAGEM CULTURAL MARÍTIMA DE ALJEZUR E VILA DO BISPO

André Albuquerque⁴

José Bettencourt⁵

Pedro Barros⁶

Ricardo Soares⁷

A comunicação incidirá sobre o projeto intitulado "Onde a Terra acaba e o Mar começa. A Paisagem Cultural Marítima de Aljezur e Vila do Bispo", dando a conhecer os resultados de dois anos de sistematização e análise da informação disponível, bem como da primeira campanha arqueológica de campo realizada no âmbito do projeto. Esta campanha foi enquadrada

¹ CNANS-PC, IP/UNIARQ-FLUL

² UALG-FCHS/CEAACP

³ CHAM - FCSH/NOVA

⁴ CNANS-PC/IP/CHAM-NOVA-FCSH/FCT

⁵ CNANS-PC, IP/CHAM-NOVA-FCSH

⁶ CNANS-PC, IP/UNIARQ-FLUL

⁷ Câmara Municipal de Vila do Bispo

nos trabalhos do Grupo de Trabalho Interministerial para a Salvaguarda do Património Cultural Subaquático e desenvolvida pelo Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS), unidade orgânica do Património Cultural, I.P. e instituição de acolhimento do projeto, em parceria com a Autoridade Marítima Nacional e a Câmara Municipal de Vila do Bispo.

Este projeto de investigação propõe a aplicação do conceito de Paisagem Cultural Marítima (PCM), desenvolvido por Christer Westerdahl (1992), às regiões ocidentais algarvias de Aljezur e Vila do Bispo, no âmbito de uma tese para Doutoramento em Arqueologia, ministrado pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa. A investigação, realizada em cooperação com o Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS) e financiada pela FCT, visa sistematizar e valorizar o património cultural marítimo e subaquático destas áreas, integrando dimensões materiais, imateriais e cognitivas da relação histórica do ser humano com o mar. Metodologicamente, o projeto recorre à análise documental, inventariação arqueológica e patrimonial, recolha de testemunhos orais junto das comunidades piscatórias e ao uso de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) para georreferenciação e gestão de dados. Serão abordadas as múltiplas tipologias de paisagem (económica, de transporte, ritual, de poder, cognitiva, entre outras), numa perspetiva holística e interdisciplinar que rompe a fronteira entre terra e mar.

O projeto prevê ainda trabalhos arqueológicos no terreno, nomeadamente a verificação de achados arqueológicos, o mapeamento de zonas de sensibilidade patrimonial e a definição de estratégias de salvaguarda sustentável do património cultural subaquático, incluindo propostas de classificação, mitigação de riscos climáticos e valorização comunitária.

A investigação procurará atualizar o inventário nacional Endovélico-Sistema de Informação e Gestão Arqueológica, fortalecendo a gestão integrada do património marítimo.

Ao explorar a relação histórica e simbólica das populações com o oceano — desde as ocupações pré-históricas até à contemporaneidade —, o estudo pretende oferecer uma representação diacrónica da cultura marítima desta zona algarvia, consolidando a PCM como instrumento de investigação, gestão e valorização do património marítimo português.

A BASE DE DADOS DOS NAUFRÁGIOS HISTÓRICOS DO BARLAVENTO ALGARVIO (SÉCULOS X - XX)

Alexandre Monteiro¹

Esta comunicação apresenta os principais resultados da investigação em arquivo desenvolvida no âmbito do protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Lagos e o HTC da FCSH-UNL, no sentido da criação da Base de Dados dos Naufrágios Históricos do Barlavento Algarvio, o primeiro levantamento sistemático, crítico e documental das perdas marítimas ocorridas naquela região marítima algarvia ao longo de mais de um milénio.

Iniciada pontualmente em 2021 e desenvolvida de forma intensiva entre 2024 e 2026, a investigação levada a cabo assentou numa base geral reunida pelo autor durante três décadas, com a qual se cruzaram depois fontes arquivísticas, entradas da imprensa internacional, nacional e regional, registos do Instituto de Socorros a Náufragos, da Lloyd's List e testemunhos documentais e iconográficos provenientes de Portugal, Espanha, França,

Reino Unido e outros países. A validação individual das ocorrências permitiu eliminar duplicações, naufrágios imaginários, confusões toponímicas e falsas perdas resultantes de encalhes temporários.

Entre os anos de 966 e 1984 foram documentados cerca de 680 sinistros marítimos, envolvendo quase 700 embarcações, um avião e três hidroaviões.

O registo de 966 corresponde aos mais antigos naufrágios documentados em Portugal. Das embarcações, 117 eram unidades de pesca (17,4%); outros 118 eram navios a motor (17,6%), tendo o “Ville de Cadix”, em 1858, sido o primeiro vapor perdido na área.

As causas de perda distribuem-se por: desconhecidas (28,1%), encalhes (24,4%), conflitos bélicos (21,2%), afundamentos por carga instável, entrada de água ou incêndio (14,1%), abaloamentos (5,5%), temporais que fizeram as embarcações dar à costa (4,9%) e reviramentos (1,8%).

Em termos de nacionalidades, excluindo as unidades de pesca, predominam os navios britânicos (29,1%), seguidos dos portugueses (17,8%), espanhóis (15,4%), neerlandeses (8,3%), franceses (7,8%) e italianos (5,6%). Geograficamente, o concelho de Vila do Bispo concentra 280 ocorrências (42,2%), Lagos 181 (27,3%), Portimão 117 (17,6%) e Aljezur 8,5%; Albufeira, Lagoa e Silves registam, individualmente, menos de 2% dos sinistros marítimos.

Estes resultados demonstram a insuficiência do conhecimento oficial: das quase 700 ocorrências agora comprovadas, o Portal do Arqueólogo mencionava apenas 50, isto é, 7,2% das agora elencadas, contendo o inventário nacional ainda registos fictícios, localizações e nomes errados e uma esmagadora percentagem das entradas sem qualquer fonte documental a suportá-las.

Ainda assim, o inventário agora compilado poderá representar apenas um quinto das perdas reais, apontando-se para mais de três mil naufrágios no Barlavento Algarvio.

A ARQUEOLOGIA DOS NAUFRÁGIOS DO RIO ARADE

Cristóvão Fonseca²

O desenvolvimento dos projetos realizados pelo CHAM entre 2012 e 2024 permitiram recuperar a investigação no estuário do rio Arade, um dos mais importantes espaços nacionais na área da arqueologia marítima e subaquática. Neste complexo portuário milénar e multifacetado destacam-se os contextos de naufrágios ali ocorridos entre os séculos XVI e XIX, tema de tese de doutoramento do signatário.

O acervo documental e material do Arade é particularmente valioso para o estudo da evolução de um dos principais portos do espaço atualmente português ao longo dos séculos. Neste contexto destaca-se o seu papel estratégico na ligação das rotas de navegação entre o Atlântico e o Mediterrâneo.

Esta comunicação pretende apresentar as principais problemáticas e resultados da investigação desenvolvida, nomeadamente o contributo para o conhecimento sobre os navios e a navegação destes períodos históricos, através do estudo arqueológico de vários naufrágios identificados no Arade, que desde sempre se assumiu como o principal espaço portuário do Algarve. Estes arqueossítios subaquáticos constituem-se

¹ HTC-NOVA-FCSH/UNIDCOM-IADE-UE

² CHAM-NOVA-FCSH/-UAç

como uma fonte de informação relevante na percepção das dinâmicas portuárias e marítimas de época moderna, mas também contemporânea, nomeadamente no que toca aos contactos e a articulação entre a Europa e o Novo Mundo.

Uma vez que a maioria destes naufrágios foi apenas alvo de análises superficiais e isoladas, este estudo propõe uma abordagem abrangente e integrada. O objetivo é examinar em detalhe os sítios mais significativos, trazendo novas perspetivas a partir do papel deste complexo portuário na história de um mundo cada vez mais global e com mais intervenientes.

PB4Y-1 (BUN 63931) — ARQUEOLOGIA, CIÊNCIA E MEMÓRIA

Pedro Caleja¹

Augusto Salgado²

João Amil³

A 30 de novembro de 1943, o PB4Y-1 Liberator, BuNo 63931, da Marinha dos Estados Unidos, tentou realizar uma amargem de emergência ao largo da praia de Faro. O violento impacto com a superfície do mar provocou o rápido afundamento da aeronave. Dos onze tripulantes a bordo, seis sobreviveram, permanecendo cinco militares desaparecidos.

O episódio marcou profundamente a comunidade piscatória local. A memória do acidente e, em particular, da participação de três pescadores no salvamento dos sobreviventes foi preservada e transmitida no seio das respetivas famílias durante várias décadas. Estes testemunhos acabariam por chegar a José Vieira, do centro de mergulho Hidroespaço, que iniciou a procura dos destroços e contribuiu decisivamente para a sua posterior localização e identificação.

Tratando-se de uma aeronave militar norte-americana, o achado foi comunicado às autoridades dos Estados Unidos. Em 2000, o U.S. Army Central Identification Laboratory, Hawaii (CILHI) recebeu informação da Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa relativa à existência de um local de acidente aéreo ao largo de Faro. A investigação documental, complementada por entrevistas, incluindo ao tripulante sobrevivente Lyle Gordon Van Hook, permitiu associar os destroços ao BuNo 63931, embora não tenha então sido realizada qualquer investigação arqueológica no local.

Novas iniciativas foram desenvolvidas nas décadas seguintes. Em 2019, o Project Recover documentou no fundo marinho destroços compatíveis com uma aeronave B-24/PB4Y-1, incluindo elementos da fuselagem dianteira, asas, motores, hélices e estabilizadores de cauda. Em 2022, no âmbito de uma missão da Defense POW/MIA Accounting Agency (DPAA), a Trident Archéologie, em associação com a empresa de arqueologia portuguesa Cota 80.86, realizou trabalhos de prospeção geofísica e verificação subaquática, confirmando a localização e extensão aproximada do sítio.

Em 2024, a DPAA estabeleceu uma parceria com a Ships of Discovery (SHIPS) destinada à realização de prospeções geofísicas numa área aproximada de 5 km² em torno dos destroços e à escavação arqueológica de uma área selecionada do sítio. Em Portugal, a SHIPS articulou-se com o grupo de investigação HistArc (História e Arqueologia do Conflito), ligado ao grupo de História Militar da CHULisboa (Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), responsável pela coordenação dos procedimentos arqueológicos, logísticos e administrativos junto das autoridades portuguesas e da tutela do Património.

A intervenção teve como principais objetivos compreender os processos de formação do sítio arqueológico, confrontar a distribuição dos destroços com os testemunhos históricos relativos ao acidente e avaliar a eventual presença de vestígios associados aos cinco tripulantes ainda desaparecidos, contribuindo, quando possível, para a missão humanitária da DPAA de localização e identificação de militares norte-americanos desaparecidos em combate.

Esta comunicação apresenta os antecedentes históricos e arqueológicos da investigação, a metodologia adotada e os principais resultados da intervenção, discutindo igualmente os desafios colocados pela articulação entre arqueologia subaquática, investigação histórica, memória comunitária e identificação e recuperação de militares desaparecidos. A campanha constituiu um marco na arqueologia portuguesa, correspondendo à primeira escavação arqueológica subaquática realizada no país sobre os destroços de uma aeronave militar (bem como em vestígios contemporâneos posteriores ao início do séc. XX), abrindo novas perspetivas para o estudo e a valorização do património arqueológico recente.

¹ HistArc-CH-FLUL

² HistArc-CH-FLUL

³ HistArc-CH-FLUL/Aerovintage

JORNADAS ARQUEOLÓGICAS
DA REDE DE MUSEUS
DO ALGARVE

[20]

+4.10

+3.87

+4.25

+4.33

+4.02

+4.57

ARQUEOLOGIA DO LITORAL SUL

O PROJETO “MEGALITHIC ORIGINS” NO ALGARVE: PRIMEIROS RESULTADOS DAS CAMPANHAS EM ASPRADANTAS E QUINTA DA QUEIMADA

Marta Diaz-Guardamino¹

O projeto internacional “Megalithic Origins” investiga a emergência do megalitismo na Europa Ocidental, testando a hipótese de origens policêntricas frente ao modelo de difusão única.

A presente comunicação apresenta os trabalhos de campo realizados no Algarve (Vila do Bispo e Lagos) nos menires de Aspradantas e Quinta da Queimada. No Menir de Aspradantas, com dois metros de altura e decoração em baixo-relevo, realizou-se a modelação tridimensional de alta resolução e a escavação da fossa de implantação. Em Quinta da Queimada, reescavou-se a fossa do Menir 3 para reavaliar datações antigas e anómalas. Através da aplicação pioneira de OSL ‘profiling’ mediante pOSL, que identifica perturbações estratigráficas, e de datações de avançadas por luminescência estimulada opticamente (OSL) em grãos individuais de quartzo (Single Grain), estas novas intervenções contribuem para clarificar a cronologia absoluta de construção de ambos os monumentos algarvios. Os resultados preliminares oferecem novos dados científicos fundamentais sobre as complexas biografias dos monumentos meníricos algarvios e o contexto socioeconómico e simbólico das comunidades que com eles interagiram na região ao longo do tempo. Simultaneamente, este trabalho evidencia as dificuldades e os desafios metodológicos que estes contextos colocam à obtenção de datações científicas fiáveis para determinar o momento da sua construção.

PAISAGEM E PATRIMÓNIO NO PALEOESTUÁRIO DA RIBEIRA DO TRONCO (FUSETA, OLHÃO)

Miguel Reimão Costa²

João Pedro Bernardes³

Hugo Martins⁴

António Diniz⁵

O projeto em epígrafe, desenvolvido pelo polo da Universidade do Algarve do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP/UAlg), parte de uma abordagem interdisciplinar, procurando valorizar o estudo integrado do património e do território do eixo Fuzeta-Moncarapacho, considerando os diferentes âmbitos temáticos como a história, a arqueologia e a arquitetura e paisagem.

Para tal, o projeto de investigação, que ainda decorre, está a ser desenvolvido com a participação da comunidade, onde se adiciona uma importante componente antropológica a cargo do CRIA da Universidade Nova/ISCTE, e a par da própria construção do conceito do “Centro Interpretativo”.

Para a identificação e caracterização do processo histórico de construção e transformação da paisagem ribeirinha da Fuzeta, utiliza-se uma metodologia de investigação que cruza as fontes bibliográficas e documentais com a análise da cartografia antiga (nacional, regional e local) e o trabalho de campo (mapeamento da estrutura ecológica e da estrutura cultural da paisagem, recolha de informação oral). O registo desenhado/cartografado das principais transformações da paisagem marinha e terrestre, e a respetiva descrição, permitem compreender a evolução da paisagem no espaço e no tempo.

No âmbito especificamente da Arqueologia, o que mais interessa a este fórum, entende-se que para compreender aquela evolução há que ter em conta o antigo estuário da ribeira do Tronco, unidade geomorfológica essencial na estruturação do povoamento e das comunicações, que, desde a mais Alta Antiguidade, foi determinante na definição político-administrativa do território. Foram efetuados levantamentos patrimoniais com trabalhos de campo levados a cabo por arquitetos e arqueólogos que procuraram, a partir do registo conhecido e de levantamentos efetuados, mapear a natureza e diversidade patrimonial nas margens do antigo paleoestuário que permitem conhecer as comunidades, paisagens e os padrões de ocupação do espaço ao longo do tempo. Fundamentalmente, foi analisada cartografia antiga e produzida nova cartografia com recurso a drone, onde foram implementadas as ocorrências patrimoniais. Os trabalhos de campo, no âmbito da arqueologia, que se fizeram em grande parte em articulação com a equipa de arquitetura, foram sobretudo direcionados para a relocalização dos sítios arqueológicos conhecidos na bibliografia. Do tipo de abordagens efetuadas e das leituras que tais abordagens proporcionam é o que esta comunicação dará conta.

ENTRE REDES E TRADIÇÕES: A HISTÓRIA DA PESCA DO ATUM NO ALGARVE

Brígida Baptista⁶

Humberto Veríssimo⁷

Ao longo do tempo, o atum conectou o espaço aquático e o terrestre, contribuindo para as transformações ambientais e humanas, que ficaram registadas em diferentes vertentes da história do Algarve, no seu património e paisagem. A importância da pesca do atum foi crucial para estruturar as comunidades no litoral algarvio e para organizar atividades extrativas e transformadoras, dinâmicas económicas e práticas socioculturais. Na mesma medida, a pesca do atum impactou (e continua a ter um impacto relevante) as populações naturais das várias espécies-alvo e os seus ecossistemas.

Parte do conhecimento que se tem atualmente, resulta de estudos baseados em fontes históricas documentais, ainda que a cartografia, as fontes visuais e as materialidades também contribuam de forma relevante para um entendimento integrado desta atividade. Os vestígios arqueológicos ligados à pesca, permitem aceder a importantes informações sobre as dietas alimentares, práticas culturais e condições ambientais.

Consideramos que ao longo das últimas décadas os inúmeros trabalhos arqueológicos que se têm realizado por todo o país, na sua grande maioria, têm acabado por descuidar a recolha de faunas mamalógicas. Porém, a zooarqueologia contribuiu para revelar dados importantes sobre as práticas de pesca e/ou espécies capturadas pelas comunidades do passado. O estudo dos restos ósseos destes grandes animais pelágicos permite reconstruir aspectos biológicos tais como comprimento e peso, assim como denotar aspectos relacionados com a pressão humana na sua captura, nomeadamente alterações na frequência dos portes identificados ao longo dos tempos. As coleções analisadas encontram-se todas inseridas nos acervos dos museus algarvios, a saber: Vila do Bispo, Lagos, Portimão, Silves, Faro, Loulé, Tavira e Vila Real de Santo António.

Por outro lado, existem evidências materiais da história desta atividade piscatória. Atualmente, são pontuais os vestígios encontrados in situ, sendo visitáveis o Arraial da Armação do Barril e o Arraial Ferreira Neto da armação

¹ Department of Archaeology, Durham University

² UALG-FCHS/CEAACP

³ UALG-FCHS/CEAACP

⁴ UALG-FCHS/CEAACP

⁵ UALG-FCHS/CEAACP

⁶ CHAM-NOVA-FCHS

⁷ CEAACP/UALG-FCHS

do Medo das Cascas, no concelho de Tavira. Em 2018 uma tempestade deixou a descoberto vestígios de uma provável armação, na Quinta do Lago, assim como na Fuzeta onde se registaram, nesse mesmo ano, vestígios da antiga armação de Bias. Já em 2023, em Lagos, foi posto a descoberto pela primeira vez um complexo fabril onde se pode testemunhar a transformação do atum; contexto no qual foi possível reconstruir a cadeia operatória desde o descabeço até ao processo de salga. Foi ainda possível reconstruir gestos e processos relacionados com o desmanche dos animais, respectivamente através da análise tafonómica.

A combinação de diferentes tipologias de fontes históricas e a sua análise integrada mostram-se como um método científico e operativo que importa manter para abordar este tema. A pesca do atum foi central na história do Algarve e foi-se desenrolando a partir dos ambientes, usando e criando redes, e ainda construindo tradições, memória e sentido de identidade.

DA AVALIAÇÃO DE IMPACTES À MUSEALIZAÇÃO: O CASO ARQUEOLÓGICO DA QUINTA DOS POÇOS (ESTÔMBAR, LAGOA)

Rita Dias¹

Tiago Pereiro²

Miguel Lago³

António Valera⁴

Lucy Evangelista⁵

A intervenção arqueológica desenvolvida na Quinta dos Poços (Estômbar, Lagoa) no âmbito da construção de um campo de golfe do Grupo Pestana, é um exemplo particularmente expressivo da aplicação combinada de metodologias arqueológicas. Trabalhos de prospeção visual e sondagens de diagnóstico no âmbito da avaliação de impacto ambiental do projeto identificaram três dezenas de ocorrências patrimoniais e motivaram a adoção de medidas de minimização de impactos, entre as quais o acompanhamento sistemático das movimentações de terras na fase de obra.

Foi precisamente durante o acompanhamento arqueológico que se revelou a dimensão e a complexidade do sítio Quinta dos Poços 4 e 5 e ficaram demonstrados os limites inerentes à amostragem das intervenções de diagnóstico e a importância da monitorização continuada. As decapagens e a escavação de uma área com cerca de 5500 m² permitiu identificar inúmeras estruturas negativas de uma ocupação diacrónica do espaço com contextos que abrangem a Pré-História Recente, a época medieval islâmica e períodos mais recentes.

A investigação assumiu uma abordagem multidisciplinar, integrando antropologia biológica, datações absolutas, prospeção geofísica, recolha de amostras para micromorfologia, e documentação digital (levantamentos fotogramétricos, modelação tridimensional). A prospeção geomagnética da área contígua ao golfe, destinada a um loteamento, também revelou anomalias de presumíveis estruturas arqueológicas.

Na Quinta dos Poços ficou evidenciada uma cadeia de atuação arqueológica que ultrapassa a função estritamente mitigadora da arqueologia de salvamento e vai mais ao encontro de uma arqueologia preventiva: avaliação de impactos " descoberta do sítio " acompanhamento da obra " salvaguarda " escavação " valorização patrimonial. A profícua articulação

entre promotor, equipa técnica, tutela e Município permitiu compatibilizar a execução do projeto com a investigação e a preservação dos contextos arqueológicos, incluindo a manutenção in situ das estruturas, e a posterior comunicação de resultados através de conteúdos expositivos e espólios integrados num núcleo interpretativo no acolhimento do empreendimento.

A OCUPAÇÃO DO BRONZE FINAL NA MEIA PRAIA, LAGOS: NOVOS DADOS PARA O POVOAMENTO DO LITORAL ALGARVIO

Lúcia Miguel⁶

Os trabalhos arqueológicos realizados no sítio de Sete Figueiras 2, na Meia Praia, concelho de Lagos, permitiram identificar várias fases de ocupação, destacando-se um povoado do final da Idade do Bronze, posteriormente abandonado nos inícios da Idade do Ferro.

Na área intervencionada foram identificadas pelo menos seis estruturas habitacionais, correspondentes a bases de cabana de planta predominantemente ovalada, delimitadas por estruturas pétreas e/ou buracos de poste. A sobreposição de algumas destas estruturas permitiu reconhecer diferentes fases construtivas e alterações nas soluções arquitetónicas.

O espólio associado inclui taças de carena alta, recipientes de armazenamento, denticulados de foice em sílex, pesos de tear, dormentes e moventes. A presença de fauna malacológica nos contextos intervencionados evidencia a importância da exploração dos recursos marinhos. A ausência de estruturas defensivas sugere, por sua vez, uma ocupação implantada numa área baixa e aberta.

Particular relevância assume o conjunto associado à fase de abandono, onde foram identificados materiais de provável origem mediterrânica, incluindo possíveis ânforas R1, escórias de ferro e bronze e uma fíbula de cotovelo, testemunhando contactos e redes de intercâmbio entre o Mediterrâneo Central e a Península Ibérica durante a transição do final da Idade do Bronze para a Idade do Ferro.

A possível proveniência destes materiais da plataforma situada a Este, correspondente a Sete Figueiras 1, permite colocar a hipótese de uma alteração da estratégia de povoamento, com a deslocação da ocupação para uma área topograficamente mais elevada e potencialmente defensiva. Sete Figueiras 2 constitui, assim, um importante contributo para o conhecimento das comunidades do final da Idade do Bronze no litoral algarvio, das suas estratégias económicas e dos primeiros contactos com o mundo mediterrânico.

¹ERA Arqueologia/ICArEB-UALG

²ERA Arqueologia/UNIARQ-FLUL

³ERA Arqueologia

⁴ERA Arqueologia/ICArEB-UALG

⁵ERA Arqueologia/ICArEB-UALG

⁶ERA Arqueologia

NOVAS EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS SOBRE A NECRÓPOLE DE OSSÓNObA

Vanessa Filipe¹

Sílvia Casimiro²

Francisca Alves-Cardoso³

Pedro Correia⁴

Proposta de Comunicação: A intervenção arqueológica de carácter preventivo realizada num lote, ocupado por dois edifícios, delimitado pela Rua Lethes (antiga Rua do Colégio) e a Travessa das Flores, entre Maio de 2023 e Dezembro de 2024, na cidade de Faro, permitiu identificar um espaço funerário associável à necrópole romana da civitas de Ossónoba.

A localização desta necrópole já se encontra relativamente bem documentada no registo arqueológico, situando-se a norte da malha urbana da cidade, em associação uma das suas principais vias de circulação. A mancha de distribuição deste espaço funerário indicia uma utilização intensa e diacronicamente ampla, constituindo um significativo testemunho não só das práticas associadas aos rituais fúnebres, mas sobretudo das dinâmicas sociais, culturais e urbanas que impactaram o território urbano.

No decurso da intervenção arqueológica foi encontrado um cenário bastante complexo, marcado por profundas afectações resultantes dos processos de construção do edificado contemporâneo; ainda assim foi possível identificar 14 contextos funerários claros, os quais incluíam inumações primárias, inumações secundárias e reduções, sendo que apenas uma das sepulturas aparentava estar inviolada e não ter sofrido afectações.

Apesar das afectações e do impacto negativo das características físico-químicas do solo, uma parte significativa dos remanescentes osteológicos apresentavam razoáveis condições de preservação, pelo que foi possível efectuar uma análise bioantropológica relevante, merecendo destaque a elevada frequência de indivíduos infantis ou a ocorrência de deposições, em posição secundária, de conjuntos osteológicos humanos incompletos, mas em conexão, sobre uma terceira inumação primária.

Com excepção das tegulae utilizadas como cobertura, é igualmente significativa a ausência de qualquer espólio em associação directa com as sepulturas, factor que dificulta o estabelecimento de uma cronologia mais fina para o conjunto, mas também abre caminhos de discussão sobre práticas rituais locais, ou a condição socioeconómica dos indivíduos inumados naquele sector da necrópole.

A presente comunicação pretende apresentar os resultados da intervenção arqueológica, discutir a implantação da necrópole no contexto da evolução urbana de Faro e refletir sobre as especificidades das práticas funerárias identificadas, contribuindo para ampliar o conhecimento sobre a Ossónoba romana.

ENTRE A MONUMENTALIDADE ROMANA E A CIDADE ISLÂMICA: CONTRIBUTOS DA INTERVENÇÃO DA RUA DO ARCO PARA A TOPOGRAFIA URBANA DE OSSÓNObA/FARO

Rita Dias⁵

Tapício Nóbrega⁶

A intervenção arqueológica realizada na Rua do Arco, em Faro, revelou uma sequência estratigráfica de grande relevância para a compreensão da evolução urbana da antiga Ossonoba e da cidade medieval.

Os trabalhos permitiram identificar vestígios associados à monumentalização da cidade romana, incluindo estruturas arquitetónicas de carácter significativo, bem como níveis e contextos posteriores que documentam a transformação, reutilização e reocupação deste espaço ao longo da Antiguidade Tardia, período islâmico, época medieval cristã e época moderna.

A leitura integrada da arquitetura, da estratigrafia e do espólio arqueológico permite discutir a inserção deste setor na topografia urbana de Faro, evidenciando processos de continuidade, rutura e adaptação funcional. A comunicação pretende, assim, apresentar os principais resultados da intervenção e refletir sobre o contributo da Rua do Arco para o conhecimento da cidade antiga e medieval, em particular no que respeita à organização urbana, à persistência de estruturas e à dinâmica de ocupação de longa duração.

NOVOS DADOS SOBRE A TERRA SIGILLATA ALTO-IMPERIAL DE Balsa

Ana Martins⁷

Catarina Viegas⁸

João Pedro Bernardes⁹

Entre 2019 e 2022 foram levados a cabo trabalhos de escavação arqueológica no âmbito do projeto Balsa – Em Busca das Origens do Algarve, que teve como principal objetivo investigar a dimensão e a relevância desta cidade romana, assim como avaliar o potencial das estruturas e contextos ainda existentes.

Esta comunicação tem como objetivo apresentar o estudo da terra sigillata de época alto-imperial proveniente das referidas escavações, articulando os novos dados com o conjunto de materiais já conhecido para a cidade. A análise comparativa destes dados permitirá contribuir para uma melhor compreensão da evolução cronológica de Balsa, bem como das suas relações e redes de circulação e comércio durante o período romano.

DINÂMICAS DE OCUPAÇÃO E ABANDONO NO CENTRO HISTÓRICO DE LAGOS: DADOS ARQUEOLÓGICOS E ANTROPOLÓGICOS DA RUA CARDEAL NETTO E DA RUA PRIMEIRO DE MAIO

Ana Rita Silva¹⁰

Cláudia Maio¹¹

Helena Gomes¹²

Lucy Shaw Evangelista¹³

Rita Dias¹⁴

Os trabalhos arqueológicos realizados no âmbito da reabilitação de dois edifícios localizados no atual centro histórico de Lagos, nas ruas Cardeal Netto e Primeiro de Maio, permitiram identificar diversas fases de

¹ Cota 80-86

² Cota 80-86

³ Cota 80-86

⁴ Cota 80-86

⁵ ERA Arqueologia//ICArEHB-UALG

⁶ ERA Arqueologia

⁷ HERCULES-UE/UGR/FCT (2021.06047BD)

⁸ UNIARQ-FLUL

⁹ UALG-FCHS/CEAACP

¹⁰ ERA Arqueologia

¹¹ ERA Arqueologia

¹² ERA Arqueologia

¹³ ERA Arqueologia//ICArEHB-UALG

¹⁴ ERA Arqueologia//ICArEHB-UALG

ocupação da cidade, compreendidas entre a época romana e a época moderna. A sequência estratigráfica documentada evidencia, contudo, descontinuidades de ocupação em ambos os sítios, refletindo as dinâmicas de transformação e reorganização do espaço urbano ao longo do tempo. Com base na análise integrada dos dados arqueológicos e antropológicos obtidos nestas intervenções, esta comunicação apresenta uma caracterização preliminar dos dois contextos arqueológicos e propõe uma reflexão sobre a evolução e reconfiguração urbana de Lagos, contribuindo para o conhecimento da sua história.

NOVOS DADOS SOBRE OS CONTEXTOS FUNDACIONAIS DA ALCÁÇOVA MEDIEVAL DE FARO: A INTERVENÇÃO NA ANTIGA FÁBRICA DA CERVEJA

Paulo Botelho¹

Fernando Santos²

Liliana Nunes³

Yasmin Puga⁴

A presente comunicação apresenta os resultados do diagnóstico arqueológico efetuado na antiga Fábrica da Cerveja de Faro, no âmbito do projeto de reabilitação do imóvel. Numa primeira fase, realizaram-se quatro sondagens parietais orientadas para a caracterização dos panos de muralha preservados no interior do edifício e das suas fases construtivas. Esta abordagem permitiu analisar estratigraficamente os aparelhos e elementos defensivos adossados, documentar reformulações arquitetónicas posteriores e identificar condicionantes estruturais, assegurando a salvaguarda e a integração articulada das preexistências no projeto de arquitetura. Posteriormente, procedeu-se à escavação manual de sondagens estratigráficas de diagnóstico. Visando uma caracterização estratigráfica mais exaustiva dos contextos identificados, optou-se pelo alargamento e aprofundamento progressivo das Sondagens 1 e 2. Esta estratégia garantiu uma leitura contínua dos depósitos arqueológicos até aos níveis fundacionais do perímetro fortificado, permitindo aferir a evolução diacrónica da alcáçova e caracterizar os níveis de ocupação romana subjacentes.

A leitura estratigráfica revelou dados estruturantes para a compreensão da arqueologia urbana e militar de Faro. A ocupação mais remota documentada remonta ao período romano, identificando-se um complexo industrial de preparados de peixe do qual se destacam duas cetárias. Sobre os contextos de época romana assenta diretamente o pano de muralha da alcáçova medieval islâmica, construído em alvenaria irregular de calcário e articulado com duas torres quadrangulares. O estudo dos respetivos níveis fundacionais permitiu alcançar um dos principais objetivos da intervenção, balizando cronologicamente a edificação do perímetro fortificado entre os séculos X e XI.

Esta sequência estratigráfica viria a sofrer uma severa delapidação durante a Época Moderna. A adaptação da antiga alcáçova a Quartel do Regimento de Artilharia, no último quartel do século XVIII, impôs impactes profundos no registo subjacente, materializados no corte parcial das torres medievais, no desmonte de estruturas anteriores e no alteamento sistemático das cotas de circulação. Em suma, a intervenção permitiu não só fixar a cronologia

fundacional e a matriz física da alcáçova islâmica, mas também caraterizar o grau de afetação patrimonial decorrente da sua reconversão militar setecentista.

CONTRIBUTO PARA O CONHECIMENTO DAS NECRÓPOLES ISLÂMICAS DO GHARB AL-ANDALUS: O CASO DE FARO

José Pedro Henriques⁵

Silvia Casimiro⁶

Francisca Alves-Cardoso⁷

Diogo Oliveira⁸

Vanessa Filipe⁹

A intervenção arqueológica preventiva realizada no interior de dois imóveis localizados na confluência da Rua Bartolomeu Dias com o Largo 25 de Abril, entre agosto de 2022 e março de 2024, e posteriormente na Rua Lethes, entre agosto de 2024 e setembro de 2025, na cidade de Faro, permitiu identificar um espaço funerário de cronologia islâmica até agora desconhecido. A necrópole localiza-se a norte do perímetro muralhado da antiga cidade de Ukkûnuba, junto de uma das suas principais vias de saída.

A sua implantação parece coincidir com a área anteriormente ocupada pela principal necrópole romana da cidade de Ossunobá, constituindo um importante testemunho da continuidade da utilização funerária deste setor ao longo de diferentes períodos históricos.

No decurso da intervenção foram identificadas 62 sepulturas, das quais 55 foram escavadas, tendo 51 preservado remanescentes osteológicos humanos. A interpretação bioantropológica foi, contudo, condicionada pelo deficiente estado de conservação da maioria das inumações, resultado quer da reduzida profundidade a que se encontravam, quer das características físico-químicas do solo, fatores que limitaram significativamente a recolha de dados biométricos.

A quase totalidade das sepulturas apresentava perturbações resultantes da exploração agrícola das hortas do antigo Colégio Jesuíta, que ocuparam este espaço entre os séculos XVI e XIX. Apesar destas condicionantes, foi possível identificar evidências de reduções funerárias, bem como sepulturas que preservavam vestígios compatíveis com coberturas em madeira e, em alguns casos, indícios da utilização de caixões. A ocorrência destes elementos, pouco frequentes em contextos funerários islâmicos do Gharb al-Andalus, confere a esta necrópole um caráter singular, levantando novas questões sobre as práticas funerárias e a diversidade ritual das comunidades islâmicas estabelecidas em Faro durante a Idade Média.

A presente comunicação pretende apresentar os resultados da intervenção arqueológica, discutir a implantação da necrópole no contexto da evolução urbana de Faro e refletir sobre as especificidades das práticas funerárias identificadas, contribuindo para o conhecimento das necrópoles islâmicas do Gharb al-Andalus.

¹Engobe - Arqueologia e Património Cultural

²Engobe - Arqueologia e Património Cultural

³Engobe - Arqueologia e Património Cultural

⁴Engobe - Arqueologia e Património Cultural

⁵Cota 80-86

⁶Cota 80-86

⁷Cota 80-86

⁸Cota 80-86

⁹Cota 80-86

FORTE DE SANTO ANTÓNIO DE TAVIRA: UMA ESTRUTURA DEFENSIVA RENASCENTISTA SOB INVESTIGAÇÃO

Maria de Fátima Beja e Costa¹
Pedro Manuel Sobral de Carvalho²

O Forte de Santo António (também denominado do Rato ou da Ilha das Lebres), localizado em Tavira, representa um caso de estudo significativo para compreender a estratégia da defesa costeira portuguesa durante o período moderno.

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos em 2010, por Maria de Fátima Beja e Costa e Pedro Sobral de Carvalho, ao abrigo de um Projeto de Reabilitação e Valorização, compreenderam a execução de seis sondagens de diagnóstico arqueológico, bem como o estudo parietal do compartimento designado como Paiol.

Os trabalhos efetuados produziram evidências concretas que permitiram caracterizar as múltiplas facetas da história construtiva e ocupacional do forte, sendo que a mais importante terá sido a da confirmação da existência dos baluartes representados na documentação histórica de Alexandre Massaii, facto que validou graficamente os registos históricos e estabeleceu uma correspondência entre a arqueologia e as fontes históricas dos séculos XVI e XVII.

LIXO DE GENTE RICA EM CASAS DE GENTE POBRE: O NÚCLEO HABITACIONAL DA HORTA DE SÃO PAULO (TAVIRA)

Liliana Nunes³
Fernando Santos⁴
Paulo Botelho⁵

A presente comunicação expõe os resultados da intervenção arqueológica efetuada na Horta de São Paulo (Tavira), no âmbito das medidas de minimização de impacto patrimonial associadas a um projeto de loteamento urbano. A área de intervenção insere-se na envolvente do antigo Convento de São Paulo e nas imediações da Ermida de Santa Ana, num espaço historicamente conotado com a cerca e áreas agrícolas afetas ao complexo conventual. Os trabalhos arqueológicos documentaram, contudo, uma densa diacronia ocupacional e uma estruturação urbanística que antecede a fixação da instituição religiosa.

As ações de salvaguarda desenvolveram-se através de uma estratégia de intervenção faseada. As sondagens de diagnóstico realizadas em 2021 registaram uma sequência estratigráfica abrangendo a Época Tardo-Medieval (séculos XV-XVI), a Época Moderna (séculos XVI-XVII) e a Época Contemporânea (séculos XVIII-XIX). Subsequentemente, em 2024, o acompanhamento arqueológico das decapagens e modelação de terreno colocou a descoberto depósitos e estruturas associados a ambientes domésticos dos séculos XV e XVI. A extensão e o estado de conservação destes contextos justificaram a redefinição da estratégia de campo, progredindo-se para uma escavação arqueológica em área

nas zonas de maior densidade edificada, em articulação com o acompanhamento contínuo dos setores de menor sensibilidade.

A leitura integrada do registo estratigráfico permitiu identificar um conjunto habitacional extramuros edificado em inícios do século XV. Trata-se de um bairro estruturado por um arruamento em torno do qual se organizavam pelo menos 17 unidades domésticas. A análise diacrónica da materialidade arquitetónica e dos depósitos associados evidenciou dois momentos ocupacionais fundamentais: uma fase inicial centrada no século XV e inícios de Quinhentos, e uma segunda fase que se prolongou de meados do século XVI até ao século XVII.

Destaca-se que a dinâmica de abandono deste tecido urbano não ocorreu de forma homogénea nem simultânea. Observa-se um processo paulatino e faseado, no qual certas habitações foram condenadas e desativadas na transição para o século XVI, enquanto outras mantiveram uma funcionalidade contínua até ao século XVII.

A interpretação das estruturas edificadas viu-se, contudo, condicionada pelas profundas perturbações mecânicas decorrentes do uso agrícola continuado do solo. A reduzida potência estratigráfica da encosta, aliada aos trabalhos de lavoura, ditou a destruição e o desmantelamento parcial das estruturas habitacionais e depósitos adjacentes. Não obstante o carácter lacunar do registo preservado, os dados obtidos enriquecem a história urbana de Tavira, comprovando uma dinâmica de expansão e vivência doméstica extramuros no período tardo-medieval, substancialmente anterior à estruturação da cerca do Convento de São Paulo.

A VILA NOVA DE PORTIMÃO ENTRE OS SÉCULOS XVII E XIX: CONTRIBUTOS DE UMA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA ("HOTEL FEITORIA") PARA O CONHECIMENTO DA SUA MALHA URBANA

Fábio Fernandes⁶
Nuno Pedrosa⁷
Ricardo Costeira da Silva⁸

Na sequência do acompanhamento arqueológico realizado no âmbito do Projecto de Construção e Reabilitação - "Hotel Feitoria", antigos Edifício União Portimonense e Edifício Feitoria, reuniu-se um conjunto de dados arqueológicos relevantes que conduziram à escavação em área de dois espaços, num total de 750 m².

A presente comunicação pretende dar a conhecer os principais resultados da intervenção, ainda que numa perspectiva preliminar, uma vez que os trabalhos de investigação se encontram em curso, apresentando os contextos e estruturas arqueológicas, bem como o espólio associado.

Para além do cumprimento das exigências legais e das condicionantes próprias das intervenções arqueológicas em contexto de obra, estes trabalhos constituem uma oportunidade para a produção de conhecimento sobre a evolução dos centros históricos. Neste sentido, a intervenção permite abordar a complexidade da malha urbana

¹EON. Indústrias Criativas, Lda.

²EON. Indústrias Criativas, Lda.

³Engobe - Arqueologia e Património Cultural

⁴Engobe - Arqueologia e Património Cultural

⁵Engobe - Arqueologia e Património Cultural

⁶Arkhaiois, Lda.

⁷Arkhaiois, Lda.

⁸FLUC/CEIS20-UC

intra-muros da Vila Nova de Portimão, a sua ocupação e organização espacial, tomando como caso de estudo o quarteirão compreendido entre a Rua Nova, a Rua Padre Filipe e a Rua António Dias Cordeiro. Apesar dos trabalhos arqueológicos realizados recentemente e da publicação de alguns resultados, persistem lacunas no conhecimento sobre a ocupação e organização espacial desta área.

Baseando-nos na cartografia existente, nomeadamente da Traça da Vila Nova de Portimão, de Alexandre Massai, e da bibliografia existente, pretende-se articular os dados arqueológicos obtidos com a informação cartográfica, procurando contribuir para a interpretação da organização espacial deste sector da Vila Nova de Portimão entre os séculos XVII e XIX.

A análise diacrónica proposta permitirá igualmente abordar os processos de alteração e/ou abandono dos arruamentos que integram a matriz urbana da Vila Nova de Portimão, contribuindo para uma melhor compreensão da evolução do seu território.

A comunicação pretende, deste modo, evidenciar o potencial da arqueologia em contexto de obra enquanto instrumento de produção de conhecimento sobre a evolução urbana e de salvaguarda da memória do património urbanístico, demonstrando a possibilidade de compatibilizar a realização de projetos urbanísticos com a investigação arqueológica e o cumprimento da legislação em vigor.

[20]

+4.10

+3.87

+4.02

+4.25

+4.33

+4.57

POS TERS

ARQUEOLOGIA VIRTUAL NO CASTELO DE PADERNE: APRESENTAÇÃO DE UM PROJETO DE DOCUMENTAÇÃO, CONSERVAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Luís Campos Paulo¹

O Castelo de Paderne constitui um dos mais importantes monumentos arqueológicos do Algarve e um dos mais relevantes testemunhos do período islâmico em Portugal. O Estado e o Município de Albufeira têm partilhado o esforço na sua investigação e conservação, aspirando à criação do Centro Interpretativo do Castelo de Paderne que promova a sua importância e do seu território junto da comunidade científica e da sociedade civil.

Neste contexto, a recente transferência de competências de gestão do monumento para a autarquia constitui uma oportunidade para implementar novas estratégias de registo, monitorização do estado de conservação e comunicação deste património, numa perspetiva integrada que abrange o monumento, os espólios arqueológicos associados e a paisagem envolvente.

Por outro lado, a crescente valorização do património cultural, aliada à evolução das tecnologias digitais de documentação geométrica e para a recriação e reconstrução virtuais, tem vindo a transformar as metodologias de investigação, conservação e divulgação do património histórico.

É neste enquadramento que surge o projeto *Paderne 3D: Documentação, conservação e divulgação digital do Património Cultural*, iniciado em 2026.

Apresenta-se os fundamentos científicos do projeto, os seus objetivos, metodologia de trabalho e soluções tecnológicas que serão implementadas, visando estabelecer as bases para a gestão, investigação, conservação e valorização do Castelo de Paderne.

RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO NA RUA ALEXANDRE HERCULANO 8 A 12 (SILVES)

Francisco Rosa Correia²

Eliana Goufa Correia³

Os trabalhos arqueológicos de diagnóstico realizados no imóvel, localizado na Rua Alexandre Herculano 8-12, em Silves, decorreram no âmbito do projeto de reabilitação do edifício, situado numa área de elevada sensibilidade arqueológica, provavelmente integrada no arrabalde ocidental da antiga Xilb. Apesar da reconhecida importância deste setor, o seu conhecimento histórico-arqueológico permanece ainda limitado, justificando esta fase de trabalhos de escavação de sondagens arqueológicas de diagnóstico.

A intervenção corresponde à segunda fase de trabalhos tendo ocorrido em 2025, atingiu-se níveis arqueológicos preservados de cronologia islâmica, provavelmente datáveis dos séculos XII-XIII.

Os resultados obtidos confirmam e reforçam as evidências identificadas na campanha anterior, permitindo reconhecer vestígios de ocupação habitacional islâmica em dois setores distintos da área intervencionada.

A análise integrada das duas campanhas de escavação permite identificar duas áreas com vestígios arqueológicos islâmicos preservados,

contribuindo para uma melhor caracterização da ocupação medieval islâmica deste setor periférico da antiga Xilb e reforçando o seu potencial para o estudo da evolução urbana de Silves durante o período islâmico.

DESCOBERTA DE CANTARIA MANUELINA NA ALDEIA DE ESTOI (FARO)

Francisco Rosa Correia²

Eliana Goufa Correia³

Durante o acompanhamento arqueológico das picagens das paredes interiores do imóvel 1-3 da Rua da Presa, em Estoi, foi identificada uma cantaria chanfrada de cronologia tardo-medieval, enquadrável entre os séculos XV e XVI e de arquitetura manuelina. A peça apresenta evidentes indícios de reutilização, encontrando-se fora da sua posição e função originais, integrada na alvenaria do edifício.

A sua presença sugere que terá pertencido a uma construção medieval anteriormente existente na área de implantação do projeto. É provável que esse edifício tenha sido destruído ou profundamente afetado pelo terramoto de 1755, tendo a cantaria sido reaproveitada durante as obras de reconstrução subsequentes, prática amplamente documentada no contexto da reutilização de materiais de construção após aquele evento.

Considerando a escassez de evidências materiais relativas à ocupação da malha urbana de Estoi em períodos anteriores ao terramoto, este achado assume particular relevância. Para além de testemunhar práticas construtivas associadas à reutilização de elementos arquitetónicos, constitui um importante contributo para o conhecimento da evolução urbana da povoação e da sua ocupação durante o final da Idade Média e o início da Época Moderna, reforçando o potencial arqueológico do seu núcleo histórico.

INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA DO FORNO DE CAL (OP02), FORAL (S. BARTOLOMEU DE MESSINES, SILVES)

Francisco Rosa Correia²

Eliana Goufa Correia³

A escavação arqueológica da Ocorrência Patrimonial 02 (Forno de Cal) foi realizada no âmbito da construção da Central Solar Fotovoltaica do Foral, em São Bartolomeu de Messines (Silves), na sequência dos resultados obtidos durante o diagnóstico arqueológico, que confirmou a preservação in situ da câmara do forno. Como medida de minimização dos impactos do projeto, foi determinada a escavação integral da estrutura, em articulação com as entidades tutelares do património.

A intervenção permitiu documentar um forno de produção de cal de cronologia moderna. Na base da estrutura identificaram-se diversas cavidades escavadas na rocha, interpretadas como parte do sistema funcional do forno, podendo ter desempenhado um papel na circulação de ar, na regulação térmica ou no arrefecimento da estrutura.

A presença de pequenas cavidades cársicas naturais na região reforça a hipótese de que a implantação do forno aproveitou uma depressão geológica preexistente, posteriormente adaptada às necessidades da produção de cal, funcionando igualmente como sistema de drenagem da água utilizada durante o processo produtivo.

¹ Câmara Municipal de Albufeira

² Maximus Arqueologia Lda.

³ Maximus Arqueologia Lda.

O forno integra um conjunto de cinco fornos de cal conhecidos para esta área do Barrocal Algarvio, identificados na bibliografia especializada como um importante centro regional de produção de cal artesanal. Estas estruturas terão sido construídas em época moderna e mantiveram-se em funcionamento até à primeira metade do século XX, abastecendo diversos núcleos populacionais da região.

A escavação permitiu documentar aspetos relevantes da tecnologia tradicional de produção de cal e do aproveitamento das condições geológicas locais, contribuindo para o conhecimento deste importante património industrial e das atividades económicas que marcaram a paisagem do Barrocal Algarvio.

DESENTERRAR A RESERVA: ARQUEOLOGIA NOS BASTIDORES DO MUSEU

Catarina Alves¹

Vanda Gato²

Elena Morán³

Rui Parreira⁴

Desde 2023, no âmbito da preparação dos conteúdos para a ampliação do núcleo Dr. José Formosinho do Museu de Lagos (exposição de longa duração «Das Origens a 1460»), que se tem realizado uma revisão das coleções do fundo antigo do museu. Entre outros, este acervo inclui numerosos materiais das necrópoles das Caldas de Monchique, escavadas por Abel Viana, José Formosinho e O. da Veiga Ferreira e datáveis entre o Neolítico Médio e a Idade do Bronze Médio; espólio procedente de necrópoles descobertas no município de Lagos e cronologicamente enquadráveis também na Idade do Bronze Médio, já dado a conhecer na década de 1970 por Hermanfrid Schubart; bem como materiais da Época Romana procedentes de trabalhos arqueológicos realizados por José Formosinho na cidade de Lagos e por Abel Viana na necrópole do Escampadinho, em Odiáxere.

O trabalho realizado nas reservas do Museu de Lagos envolveu a releitura de toda a documentação publicada relacionada com os referidos sítios, a recuperação de informação arquivada no Centro de Documentação do Museu, a comparação dessa informação com os artefactos arqueológicos atualmente preservados e a atualização do seu inventário e registos. Apresentam-se alguns dos resultados do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, ensaiando-se brevemente, à luz dos conhecimentos atuais, uma contextualização destes acervos, agora revisitados, nos correspondentes processos de mudança da cultura material e de transformação socioeconómica reconhecidos no território envolvente da Baía de Lagos.

MONTE MOLÍÃO: RESULTADOS PRELIMINARES DA CAMPANHA DE ESCAVAÇÃO DE 2026

Petra Pinto⁵

João Monte⁶

Ana Margarida Arruda⁷

Elisa de Sousa⁸

A campanha de escavação arqueológica realizada em 2026 no sítio de Monte Molião (Lagos) coincidiu com o vigésimo aniversário do projeto de investigação dedicado ao estudo deste importante povoado, cuja longa diacronia se estende desde a Idade do Ferro até ao período romano. Este contributo apresenta os principais trabalhos desenvolvidos durante a última campanha e alguns dos seus resultados preliminares, enquadrando-os no percurso de investigação realizado ao longo das últimas duas décadas.

A intervenção centrou-se no Sector A, uma das áreas com maior potencial arqueológico do sítio, onde se conservam vários edifícios de época romana republicana e imperial, construídos sobre uma ocupação mais antiga, correspondente à fase tardia da Idade do Ferro. A escavação de diferentes compartimentos, nomeadamente os compartimentos 15, 17B e 20, permitiu aprofundar o conhecimento das sucessivas fases de ocupação desta área, contribuindo simultaneamente para uma melhor compreensão das técnicas construtivas, das soluções arquitetónicas e das características materiais do povoado ao longo da sua evolução.

Os trabalhos realizados permitiram, em particular, continuar a investigação das relações estratigráficas entre as ocupações mais antigas e as fases de época romana, bem como documentar diferentes processos de construção, remodelação e reutilização dos espaços. A análise preliminar dos contextos e dos materiais arqueológicos recuperados fornece igualmente novos elementos para a caracterização funcional dos compartimentos intervencionados e para a compreensão da organização interna do Sector A.

Paralelamente, a área noroeste deste sector foi ampliada e sujeita a trabalhos de limpeza e regularização, criando as condições necessárias para a futura instalação de um percurso de visita. Esta intervenção insere-se numa estratégia mais ampla de valorização e musealização do sítio, procurando conciliar a continuidade da investigação arqueológica com a melhoria das condições de fruição pública deste importante património.

NOTÍCIA DA INTERVENÇÃO DE SALVAMENTO EM LOULÉ VELHO, 2025

Rui Roberto de Almeida⁹

Catarina Viegas¹⁰

Ana Margarida Marques¹¹

Daniela Grelha¹²

Soraia Martins¹³

Apresentam-se neste trabalho os resultados preliminares da intervenção de salvamento realizada no sítio romano de Loulé Velho (Quarteira) durante o mês de Março de 2025, que procurou dar resposta, em termos de diagnóstico, registo e minimização, às afetações causadas pelos fortes temporais que se fizeram sentir nesse ano.

A forte ondulação e ação de "marés-vivas" consecutivas, que alcançaram cotas muito altas no nível de preia-mar, lavaram os já debilitados estratos

¹ Câmara Municipal de Lagos/Museu de Lagos

² Câmara Municipal de Lagos/Museu de Lagos

³ Câmara Municipal de Lagos/Museu de Lagos

⁴ Colaborador voluntário do Museu de Lagos

⁵ UNIARQ-FLUL

⁶ UNIARQ-FLUL

⁷ UNIARQ-FLUL

⁸ UNIARQ-FLUL

⁹ Câmara Municipal de Loulé/Museu Municipal/UNIARQ-FLUL

¹⁰ UNIARQ-FLUL

¹¹ Câmara Municipal de Loulé/Museu

¹² Câmara Municipal de Loulé/Museu Municipal/CIAS-UC

¹³ Câmara Municipal de Loulé/Museu Municipal

da areia da praia, que cobriam a sequência estratigráfica subjacente na área do final do passadiço de madeira de acesso à praia, colocando à vista o substrato geológico bem como áreas circunscritas de estratos preservados de época romana, nos quais afloravam algumas estruturas. A intervenção permitiu ainda relocalizar e georeferenciar vestígios de intervenções anteriores, designadamente uma pequena cetária identificada e parcialmente escavada em 2006, e os restos de outra estrutura, um muro hipoteticamente identificado no decorrer de várias campanhas arqueológicas realizadas nas décadas de 80 e 90 do século passado. Assim, foi possível articular os novos dados com outros mais antigos e obter uma imagem mais precisa das áreas funcionais do sítio de Loulé Velho, cuja ocupação se estende desde meados do século I até ao séc. VI-VII d.C. Esta informação será integrada no âmbito do projecto de investigação em curso: LORIVAI. Loulé Velho e o Paleoeestuário da ribeira de Carcavai.

Por último, deve ainda referir-se que esta intervenção de emergência, limitada no espaço e no tempo, se reveste da maior importância para a ampliação do mapeamento rigoroso e definição do limite dos vestígios conservados (com recurso a equipamento de geolocalização) e das áreas de maior sensibilidade. Acresce que esta foi a última intervenção a ser realizada previamente à grande operação de alimentação artificial da praia em 2026, que deverá proteger o sítio arqueológico, pelo menos durante a próxima década.

VIDEOÁRBITRO: APÓS REVISÃO, VERIFICA-SE QUE NO POLIDESPORTIVO DA BELA FRIA, EM TAVIRA, TAMBÉM HÁ ARRABALDE ISLÂMICO

Celso Candeias¹

Jaquelina Covaneiro²

Sandra Cavaco³

Em novembro de 2025 deu-se o arranque das obras de remodelação do polidesportivo da Bela Fria, promovidas pelo Município de Tavira. Por se localizar em Zona Especial de Proteção às Muralhas do Castelo de Tavira, classificadas como Monumento Nacional, e em Área de Reconhecida Sensibilidade Arqueológica, no âmbito do Plano de Urbanização de Tavira, as operações urbanísticas que interferiram com o subsolo foram, numa primeira fase, alvo de acompanhamento arqueológico pela equipa de arqueologia do Município de Tavira.

O acompanhamento arqueológico da abertura das primeiras valas não revelou a existência de preexistências conservadas, no entanto, aos primeiros metros da abertura da vala para instalação de infraestruturas de abastecimento de água aos balneários do polidesportivo (vala 2) foram detetados vestígios arqueológicos conservados.

Assim, foram de imediato suspensos os trabalhos de acompanhamento e deu-se início ao processo de escavação arqueológica da área em questão. Por opção metodológica, visto que ainda seria necessária a abertura de uma vala localizada a cerca de 1,20 m da vala 2, decidiu-se que a área localizada entre ambas seria também alvo de escavação. Procedeu-se então à decapagem mecânica dos níveis associados à construção dos pavimentos atuais existentes no local. Após a retirada destes níveis foi feita uma limpeza geral e implantada a malha de quadriculas.

Os vestígios postos a descoberto são compostos por estruturas murárias

construídas em alvenaria de pedra calcária, ligada por barro, sendo que algumas são revestidas por reboco de cal e areia. As estruturas murárias possuem, em média, 46 cm de largura e comprimentos variáveis, apresentando alturas conservadas que raramente ultrapassam os 40 cm. Os pavimentos são construídos em lajes de calcário e/ou xisto, em terra batida (com mistura de cascalho fino a médio, telha, cerâmica, conchas, cal e ossos), em argamassa de cal e areia e margas. Em relação às coberturas, a crer pelos níveis de derrube identificados, seriam feitas com telhas de meia cana. No que às canalizações diz respeito, identificámos as de carácter público, construídas em alvenaria de pedra calcária ligada por barro, sem revestimento lateral interno e com fundo em terra batida e as de carácter privado, também construída em alvenaria de pedra calcária e cerâmica de construção, ligada por barro, sem revestimento lateral interno e com fundo em placas de xisto. Ambas apresentam tampas em pedra calcária.

Relativamente aos materiais arqueológicos, foram recolhidas, maioritariamente, cerâmicas de cozinha e mesa, atribuíveis aos séculos XII/XIII. Nos estratos mais à superfície, em contextos não relacionados com a ocupação islâmica, caracterizados por sedimentos de matriz margo-argilosa, identificaram-se materiais pertencentes à Idade do Ferro. Além da cerâmica também se recolheram faunas diversas, artefactos em osso trabalhado e em metal ferroso e não ferroso.

Ainda que estejamos a lidar com resultados preliminares, julgamos que os vestígios arqueológicos agora postos a descoberto fazem parte da mesma realidade que detetámos durante os trabalhos arqueológicos realizados no âmbito da requalificação da bolsa de estacionamento existente no bairro da Bela Fria (2006/2008), ou seja, farão parte de um arrabalde islâmico, de época almóada e tardo-almóada (séc. XII/XIII), cuja ocupação se terá prolongado até ao século XIV.

O QUE FICA PELO CAMINHO? UM ARRUAMENTO INÉDITO E UMA MATRIZ DE ESTAMPILHA ISLÂMICA EM TAVIRA

Paulo Botelho⁴

Liliana Nunes⁵

Fernando Santos⁶

O presente trabalho sintetiza os resultados da intervenção arqueológica realizada na Praça Dr. Padinha, n.ºs 33/37 (Tavira), num imóvel senhorial implantado numa encosta natural e edificado no século XVIII, habitualmente designado por Palácio dos Tavares. A reconversão do edificado numa unidade hoteleira implicou a demolição de grande parte da estrutura interior - preservando-se as fachadas principal e lateral, bem como o corpo do átrio e escadaria -, o que determinou a implementação de medidas de salvaguarda patrimonial. A realização prévia de sondagens de diagnóstico revelou uma vasta sequência diacrónica com evidências das épocas Contemporânea, Moderna e Islâmica, fundamentando a manutenção de medidas de salvaguarda associadas à execução do projeto nomeadamente a realização do acompanhamento arqueológico e, face aos resultados obtidos, a escavação em área da totalidade do lote.

O horizonte medieval islâmico, embora com menor expressão estratigráfica fruto das reestruturações posteriores, revelou estruturas de elevado interesse para a reconstituição da topografia urbana histórica da cidade. Destaca-se a identificação de um caminho/arruamento em terra batida, com orientação Noroeste-Sudeste, na zona mais baixa da encosta. A

¹Câmara Municipal de Tavira

²Câmara Municipal de Tavira/CEAACP

³Câmara Municipal de Tavira/CEAACP

⁴Engobe - Arqueologia e Património Cultural

⁵Engobe - Arqueologia e Património Cultural

⁶Engobe - Arqueologia e Património Cultural

continuidade física desta via articulava-se com o substrato rochoso, colmatando as suas irregularidades. A sua largura total não foi possível aferir por se encontrar parcialmente destruída pela construção da fachada principal do Palácio dos Tavares em época moderna/contemporânea. O dado de maior relevo científico e material desta intervenção assenta no depósito afeto à fase de condenação do referido arruamento, balizado cronologicamente entre os séculos XII e XIII. Nesse contexto estratigráfico foi recuperada uma matriz de estampilha para cerâmica de época medieval islâmica. Trata-se de um achado singular no panorama da arqueologia urbana regional, constituindo um indicador direto de atividades de produção cerâmica e de decoração plástica nas imediações do sítio, num momento de profunda transição histórica e urbanística de Tavira (período Almóada / final do domínio islâmico).

A presente contribuição dá, assim, a conhecer dois achados inéditos de assinalável relevância para a arqueologia urbana regional: por um lado, a caracterização de um tramo da rede viária islâmica permitindo adensar a compreensão da organização do espaço urbano extramuros; por outro, o estudo de uma matriz de estampilha - peça de excecional raridade -, que atesta a presença e o rigor técnico das oficinas de produção cerâmica em Tavira na viragem do século XII para o século XIII.

A EVOLUÇÃO URBANA DE LAGOA ENTRE OS SÉCULOS XVI E XX: CONTRIBUTOS DE UMA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA RUA GAGO COUTINHO E NA RUA DE JOÃO AZEVEDO LOBO

Nuno Barreiras¹

Ricardo Costeira da Silva²

As fontes documentais relativas à formação e desenvolvimento do núcleo urbano de Lagoa são escassas, apesar da existência de documentação sobre o concelho. Nas últimas décadas, intervenções arqueológicas realizadas no âmbito de obras de construção e renovação no interior da malha urbana têm vindo, contudo, a contribuir para o conhecimento da estratigrafia e da evolução do espaço urbano. É neste contexto de arqueologia preventiva que se insere a intervenção apresentada, realizada num conjunto edificado situado no gaveto entre a Rua Gago Coutinho e a Rua João Azevedo Lobo.

A intervenção incidiu sobre cinco números de polícia, correspondendo a uma área total de 278 m², tendo permitido documentar uma ocupação entre os séculos XVI e XX. Os dados arqueológicos revelaram cinco fases construtivas organizadas em torno de um espaço comum, o pátio. Nas fases mais recentes, correspondentes aos séculos XIX e XX, este funcionou como espaço exterior, com pavimento de calçada e ligação ao n.º 6 da Rua Gago Coutinho. Nas fases mais antigas, o espaço encontrava-se integrado na habitação do n.º 7 da Rua João Azevedo Lobo, apresentando um pavimento de argamassa.

A intervenção evidencia uma sucessão de transformações, alterações e renovações do edificado ao longo dos séculos, testemunhando a dinâmica de transformação deste espaço urbano. Entre os contextos arqueológicos documentados destacam-se dois silos domésticos, identificados no n.º 7 da Rua João Azevedo Lobo e associados à primeira fase de ocupação. O espólio

neles recuperado inclui um conjunto diversificado de cerâmicas, onde se articulam produções locais em barro vermelho com exemplares de importação. A presença de cerâmica proveniente da Andaluzia, nomeadamente de Sevilha, e de Itália constitui um importante testemunho das ligações comerciais de Lagoa e da sua integração nas redes de circulação de bens entre o Mediterrâneo e o Atlântico. Estes materiais, embora documentados em diversos contextos modernos do Algarve, sobretudo em áreas portuárias, encontram também expressão em contextos urbanos mais afastados da linha de costa, como Lagoa. O testemunho material de um Algarve caracterizado por uma dimensão de universalidade.

MUSA - DA INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA À VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL SUBAQUÁTICO DO RIO ARADE

Vera Teixeira de Freitas³

Ismael Medeiros⁴

José Bettencourt⁵

Pedro Barros⁶

Cristóvão Fonseca⁷

Gonçalo C. Lopes⁸

Frederico Tatá⁹

Andreia Romão¹⁰

Helena Valtierra¹¹

Palavras chave: Arade; Arqueologia subaquática; Paisagem cultural; Salvaguarda patrimonial; Musealização.

O projecto MUSA - Musealização dos achados arqueológicos do fundo do rio Arade (arqueologia subaquática), promovido em regime de copromoção pelas entidades - Município de Portimão, Município de Lagoa, Património Cultural, I. P. - Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática, e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I. P., foi aprovado no âmbito do Programa Regional do Algarve 2021-2027.

Este projecto conta ainda com a colaboração dos centros de investigação e desenvolvimento CHAM (Centro de Humanidades/ Universidade NOVA de Lisboa) e CEAACP (Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património / Universidade do Algarve), bem como da Administração dos Portos de Sines e do Algarve.

O MUSA reflecte uma abordagem integrada que visa não só a investigação e conservação do património cultural arqueológico marítimo e subaquático do estuário do Arade, mas também a sua potencialização enquanto recurso cultural, formativo e identitário de elevado impacto. Pretende-se, com este projeto, registar, estudar e conservar o património do rio, bem como a sua posterior musealização e exposição em espaços culturais de Portimão e Lagoa, promovendo a valorização deste importante recurso histórico-arqueológico.

O projecto desenvolve-se em três eixos estruturantes: Trabalhos arqueológicos, Conservação e Valorização. Na fase inicial, os trabalhos arqueológicos subaquáticos propõem a investigação e valorização dos contextos e espólios arqueológicos provenientes de meio aquático, encharcado e húmido existentes nas margens e no leito do rio Arade. As intervenções de arqueologia marítima e subaquática a realizar são fundamentais para produzir conhecimento científico, assegurando a base das ações de valorização e divulgação previstas.

Relativamente ao eixo da Conservação, o projeto prevê uma série de

¹ Arkhaios, Lda.

² FLUC/CEIS20-UC

³ Câmara Municipal de Portimão/Museu de Portimão

⁴ Câmara Municipal de Lagoa

⁵ CNANS-PC, IP

⁶ CNANS-PC, IP/UNIARQ-FLUL

⁷ CHAM-FCSH-NOVA/UAç

⁸ FCHS-UALG/CEAACP

⁹ CCDRALgarve

¹⁰ Câmara Municipal de Portimão/Museu de Portimão

¹¹ Câmara Municipal de Portimão/Museu de Portimão

estudos, análises e tratamentos com o objetivo de assegurar que os bens arqueológicos que se encontram à guarda das instituições parceiras e os que irão ser recuperados do rio, sejam devidamente conservados e preparados para exposição e mantidos a longo prazo. Desta forma, pretende-se implementar técnicas especializadas para a preservação dos espólios, capacitar e estabelecer espaços de laboratório (localmente e na região do Algarve) e condições de armazenamento apropriadas. O projecto abrange igualmente os mais de 1800 artefactos que se encontram no CNANS, com destaque para a embarcação Arade 1 e as peças de artilharia da Ponta do Altar B, classificadas como tesouro nacional. Quanto ao eixo da valorização, está prevista a expansão e renovação da exposição permanente do Museu de Portimão e a criação de um novo equipamento museológico na margem esquerda do Arade, no concelho de Lagoa. Neste âmbito, salienta-se ainda a criação de reservas subaquáticas para materiais orgânicos, e outra visitável em mergulho, uma exposição em ambas as margens do rio, a criação de um museu virtual, a organização de um congresso internacional e a publicação monográfica do projecto. Estes ambiciosos desígnios apenas são possíveis com uma cooperação institucional entre as várias entidades parceiras, num modelo de governança colaborativa, que potencia recursos, conhecimento e capacidade técnica e humana.

AS ÂNFORAS D DE PELLICER: DADOS PRELIMINARES DE DISTRIBUIÇÃO E LOCALIZAÇÃO NO TERRITÓRIO ALGARVIO

Inês Catarina Domingos da Silva¹

O presente poster, integrado no projecto de doutoramento sobre as ânforas D de Pellicer do Sul de Portugal, tem como principal objectivo apresentar a distribuição actualmente conhecida deste contentor anfórico no território algarvio. A partir da revisão de materiais provenientes de diferentes intervenções arqueológicas, pretende-se apresentar a distribuição espacial dos sítios onde estes contentores foram identificados e revistos por nós. Nesta fase da investigação, foram identificados exemplares no Castelinho dos Mouros, em Alcoutim; no Castelo de Castro Marim; no Cerro do Cavaco e na antiga sede do BNU na área urbana, em Tavira; no Quintal da Polícia Judiciária, no Museu de Faro e no Antigo Magistério Primário, em Faro; no Cerro da Rocha Branca, em Silves; e em Monte Molião, em Lagos.

No Sotavento algarvio, a distribuição actualmente documentada abrange o corredor do Guadiana e as regiões de Tavira e Faro. O Castelinho dos Mouros, situado no concelho de Alcoutim, corresponde ao sítio localizado mais para o interior entre os incluídos neste levantamento. Encontra-se implantado numa zona elevada, próxima do rio Guadiana. Mais a sul, o Castelo de Castro Marim localiza-se igualmente na margem direita do Guadiana, nas proximidades da sua foz. Os materiais provenientes deste sítio foram anteriormente abordados na dissertação de mestrado dedicada às ânforas D de Pellicer do Castelo de Castro Marim, constituindo o ponto de partida para o alargamento do estudo aos restantes conjuntos do Sul de Portugal.

Na região de Tavira, a presença de ânforas D de Pellicer encontra-se documentada no Cerro do Cavaco e no BNU. Os dois conjuntos são integrados na representação da distribuição desta forma no Sotavento algarvio, assinalando-se individualmente a localização de cada sítio. A sua inclusão permite completar o levantamento entre a área do Baixo

Guadiana e Faro, mantendo-se a apresentação centrada na localização dos materiais, sem avançar comparações quantitativas ou interpretações sobre a importância relativa dos diferentes conjuntos.

Ainda no Sotavento algarvio, Faro, correspondente à antiga Ossonoba, constitui outro núcleo contemplado na investigação. Nesta cidade, foram identificadas ânforas D de Pellicer no Quintal da Polícia Judiciária, no Museu de Faro e no Antigo Magistério Primário. Estes sítios apresentam uma localização muito próxima entre si, integrando uma mesma área da cidade. Por esse motivo, apesar de provirem de intervenções arqueológicas distintas, serão analisados como um único conjunto, considerando Faro como uma única realidade arqueológica. A proximidade espacial entre o Quintal da Polícia Judiciária, o Museu de Faro e o Antigo Magistério Primário será representada de forma detalhada no poster, permitindo visualizar a sua implantação no espaço urbano. Esta opção procura simultaneamente assinalar a proveniência concreta dos materiais e evitar que os diferentes locais sejam interpretados como núcleos geograficamente afastados. A revisão dos respectivos espólios encontra-se em diferentes fases de desenvolvimento, pelo que a sua representação corresponde ao estado actual da investigação.

No Barlavento algarvio, a presença de ânforas D de Pellicer encontra-se identificada no Cerro da Rocha Branca, no concelho de Silves, e em Monte Molião, no de Lagos.

O Cerro da Rocha Branca localiza-se na área de Silves, junto do rio Arade, enquanto Monte Molião se encontra implantado nas proximidades da actual cidade de Lagos. A inclusão destes dois sítios permite representar a presença da forma no sector ocidental do território algarvio, complementando os dados provenientes do Sotavento.

A distribuição apresentada inclui, deste modo, sítios com diferentes localizações geográficas e distintos enquadramentos arqueológicos. No Sotavento, encontram-se representados o Castelinho dos Mouros, o Castelo de Castro Marim, o Cerro do Cavaco, o BNU de Tavira e os três locais identificados em Faro. No Barlavento, integram-se o Cerro da Rocha Branca e Monte Molião. A organização dos dados segundo estas duas grandes áreas geográficas pretende tornar mais clara a leitura geográfica e facilitar a localização dos diferentes conjuntos.

Não se pretende apresentar uma análise quantitativa dos materiais nem estabelecer comparações entre os sítios. Os conjuntos conhecidos resultam de intervenções arqueológicas distintas e encontram-se em diferentes fases de revisão, não sendo ainda possível aplicar de forma integral os mesmos critérios de análise e de classificação. Assim, nesta etapa do projecto, será apenas assinalada a presença das ânforas D de Pellicer em cada local, sem procurar hierarquizar os sítios ou definir a intensidade da sua representação.

O mapa deverá incluir uma representação geral do Algarve, com a localização dos sítios entre o Sotavento e o Barlavento, e uma aproximação à área de Faro, necessária devido à proximidade entre o Quintal da Polícia Judiciária, o Museu de Faro e o Antigo Magistério Primário. A apresentação poderá ser acompanhada por uma breve identificação de cada sítio e por imagens de alguns dos materiais revistos, sem associar a sua distribuição a conclusões de carácter económico ou comercial. A informação reunida corresponde, portanto, a uma etapa do levantamento desenvolvido no âmbito do projecto de doutoramento. A distribuição apresentada deverá ser entendida como um registo do estado actual da investigação, cuja informação se encontra em fase de processamento, sem permitir avançar grandes dados comparativos.

ICAREHB: UM CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DE EXCELÊNCIA EM ARQUEOLOGIA, EVOLUÇÃO E PRÉ-HISTÓRIA, SEDIADO NO ALGARVE

Hugo Oliveira¹

João Cascalheira²

O Centro Interdisciplinar para a Arqueologia e Evolução do Comportamento Humano (ICArEBH) da Universidade do Algarve foi criado em 2014 e cresceu até ser atualmente um centro de excelência a nível global em investigação arqueológica.

O centro tem como identidade uma abordagem científica e multidisciplinar à arqueologia pré-histórica. A investigação foca-se nas interações que pautaram a evolução humana: biológicas, culturais e ambientais. Seis grandes temas são explorados: Comportamento pré-histórico e dispersões em África; Adaptações a ambientes costeiros; Dinâmica dos povos do Paleolítico na Eurásia; Surgimento e evolução das sociedades produtoras de alimentos; Passado e presente da arqueologia; Modelos de primatas para a evolução dos homínídeos.

As instalações incluem laboratórios especializados em diferentes técnicas arqueológicas e incluem um laboratório de OsteoArqueologia (OAL), de Microscopia (MICROLab), Análise de Matérias-Primas e Ferramentas Antigas (LARMAT), Laboratório de Paleoambiente e Dieta (PaleoED), Laboratório de Sedimentos e Solos (ArchaeoDirt), de Arqueologia Digital (DigiArch) e, mais recentemente, o Laboratório de Arqueologia Experimental (LEXA).

Com um carácter fortemente cosmopolita, o ICArEBH conta com 147 membros de 31 países e, extraordinariamente no panorama científico português, 15 membros com posições permanentes. Com 6 bolsas do European Research Council (ERC), classificações de Excelente nos dois últimos exercícios de avaliação da FCT, dezenas de projetos financiados, atividades de outreach e formação (ciclos de seminários, TIFA, HEIRS) e um vasto output de publicações nas mais prestigiadas revistas internacionais, não é imodesto afirmar que o ICArEBH é, neste momento, um flagship centre da Universidade do Algarve e uma referência internacional em Ciências Arqueológicas.

Recentemente, o ICArEBH assegurou um financiamento de 31,5 milhões de euros para a criação do UAlgTec Heritage (UTH), um centro europeu de excelência dedicado à inovação tecnológica em património arqueológico. O projeto, em parceria com a Universidade de Kiel (Alemanha), ERA Arqueologia (Portugal), e Zartis Ltd. (Irlanda) irá desenvolver soluções aplicadas para o planeamento territorial, o turismo cultural, indústrias criativas e adaptação climática.

Convidamos todo os membros do ecossistema da arqueologia e museus do Algarve a, dentro dos recursos disponíveis e âmbitos científicos do centro, colaborarem connosco em projetos de investigação, divulgação científica, formação e promoção do património arqueológico algarvio.

¹ICArEBH-UALG

²FCHS-UALG

